

ATA DO 37º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

De 25 a 28 de agosto de 2016, realizou-se em Goiânia (GO), o 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e organizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás.

Registra-se, a seguir, suas deliberações e documentos aprovados, apresentando-se observações onde se fizerem necessárias.

Regimento Interno

I – Do Congresso

Artigo 1º – Amparado no Estatuto da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, o 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela mesma, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás, que se realiza de 25 a 28 de agosto de 2016, em Goiânia- GO, será pautado por este Regimento.

Artigo 2º – São objetivos do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas:

- a) Reunir os jornalistas brasileiros para deliberação sobre assuntos ligados prioritariamente à categoria, a exemplo da democracia, da violência contra profissionais de comunicação, da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, melhores condições de trabalho, liberdade de imprensa, ética, democratização dos meios de comunicação, e outros;
- b) Buscar melhoria da organização sindical e política dos jornalistas e sua inserção nas lutas dos trabalhadores brasileiros, especialmente aquelas ligadas às categorias profissionais da área das comunicações;
- c) Permitir o intercâmbio de jornalistas brasileiros com profissionais de outros países, objetivando subsidiar a ação sindical da categoria;

- d) Ampliar o relacionamento dos jornalistas, professores, pesquisadores e estudantes de Jornalismo;
- e) Incentivar a prática da requalificação e do treinamento profissional destinados a jornalistas, dirigentes sindicais e funcionários de sindicato;
- f) Definir o programa de luta e as linhas de intervenção da FENAJ e dos Sindicatos na sociedade brasileira e internacional nos próximos dois anos.

II – Da Participação

Artigo 3º – Podem participar do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas:

- a) Todos os sindicatos filiados à FENAJ – através de delegações – desde que estejam quites com suas obrigações, conforme estabelecido no Artigo 8º do Estatuto da Federação;
- b) Jornalistas profissionais, na condição de observadores;
- c) Estudantes de Jornalismo, na condição de observadores;
- d) Outros profissionais de categorias da área de comunicação, como observadores;
- e) Expositores e convidados especiais.

Parágrafo 1º – Cada Sindicato poderá se fazer representar através de profissionais eleitos/os delegadas/os, com direito de voz e voto, segundo os critérios de proporcionalidade estabelecidos no Artigo 11º do Estatuto da FENAJ, mais um/a delegado/a estudante, apenas com direito a voz.

Parágrafo 2º – A eleição deverá ser comprovada através da entrega formal de cópias do comprovante e publicação do edital de convocação e ata da assembleia/congresso que elegeu os delegados(as), indicando expressamente seus integrantes titulares e eventuais suplentes.

III – Da Organização

Artigo 4º – A programação do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas é a estabelecida pelos organizadores, podendo sofrer alterações de modo a garantir o bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo 1º – Os trabalhos serão precedidos da discussão e aprovação do Regimento e eleição da Mesa Diretora, numa sessão instalada pelos presidentes da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, no dia 25 de agosto (quinta-feira);

Parágrafo 2º – A Abertura Oficial, com sessão solene de instalação do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas se realizará às 20h do dia 25 de agosto (quinta-feira);

Parágrafo 3º – A primeira sessão plenária será realizada no dia 25 de agosto (quinta-feira), às 17h;

Parágrafo 4º – A segunda sessão plenária será realizada no dia 26 de agosto (sexta-feira), às 16h; iniciando os debates e deliberações sobre as teses inscritas ao 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, seguindo a ordem apresentada no Caderno de Teses.

Parágrafo 5º – A terceira sessão plenária será realizada no dia 27 de agosto (sábado), às 11h, quando serão votadas as teses e também as moções apresentadas à Mesa Diretora e a “Carta de Goiânia”.

Parágrafo 6º – A “Carta de Goiânia” é uma manifestação política dos jornalistas, dirigida à categoria e à Nação, tendo como base as teses e os debates do Congresso. Uma comissão composta por quatro membros, eleita no início dos trabalhos, no dia 25 de agosto, é responsável por redigir o documento.

Parágrafo 7º – A programação de espaços de articulação, oficinas e palestras do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, bem como todas as atividades previstas, seguirá o roteiro definido pela organização do evento que consta em anexo a este Regimento Interno.

IV – Das Deliberações/Votações

Artigo 5º – As plenárias deliberativas serão instaladas com qualquer número de delegados presentes e coordenadas pela Mesa Diretora do Congresso.

Artigo 6º – As plenárias debaterão as teses inscritas até o prazo limite de 15 (quinze) de agosto, definido pela organização do Congresso, e disponibilizadas no Caderno de Teses, desde que haja a defesa em plenário.

Parágrafo 1º – As teses poderão ser aprovadas na íntegra ou com emendas ou rejeitadas na íntegra, não sendo permitidas emendas que configurem, na prática, uma nova tese.

Artigo 7º – Somente serão aceitas e colocadas em votação pela Mesa Diretora moções entregues até a abertura dos trabalhos da plenária final, com no máximo 1400 caracteres e subscritas por, pelo menos, 10% dos delegados(as). Proposições de moções podem apenas serem aprovadas ou rejeitadas após a leitura;

Artigo 8º – Caberá à Mesa Diretora a inscrição de delegadas/os e observadores para participação nas plenárias, a definição do tempo de intervenção e do limite de inscrições para garantir a concretização dos trabalhos;

Artigo 9º – Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem o voto da maioria simples dos delegados presentes à plenária de cada dia. No caso de empate, a Mesa Diretora autorizará mais um encaminhamento a favor e outro contra. Persistindo o empate na segunda votação, serão dados cinco minutos para elaboração de propostas e, em seguida, abre-se mais um encaminhamento contra e outro a favor, procedendo-se nova votação.

V – Da Mesa Diretora

Artigo 10º – A Mesa Diretora será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral e dois secretários de atas, todos eleitos entre os delegados do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas.

Parágrafo 1º – Compete à Mesa Diretora:

- a) reunir-se diariamente para avaliar e sistematizar os trabalhos aprovados nas plenárias deliberativas diárias;
- b) dirigir as plenárias deliberativas diárias e preparar as respectivas atas;
- c) assinar os documentos aprovados pelas plenárias deliberativas e dar-lhes a destinação adequada.

Artigo 11º – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Mesa Diretora, que submeterá sua decisão ao plenário de cada plenária deliberativa.

Artigo 12º – Este regimento terá vigência para o 37º Congresso Nacional dos Jornalistas.

Observações

No encerramento da primeira sessão plenária foi eleita a Mesa Diretora do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, assim composta: Presidente - Luiz Spada (Goiás); vice-presidente - Ayoub Hanna Ayoub (Londrina); secretária - Márcia Quintanilha (São Paulo); 1ª secretária de ata - Valdice Gomes (Alagoas); 2º secretário de ata: Aderbal Filho (Santa Catarina). Elegeu-se, também a Comissão de Redação da Carta de Goiânia, assim constituída: Cláudio Curado (Goiás); Paulo Zochi (São Paulo); Samira de Castro (Ceará) e Enize Vidigal (Pará).

Na votação da Mesa Diretora houve 03 votos contrários e 10 abstenções. Na votação da Comissão de Redação foram registradas 12 abstenções.

Tese nº 1

Tipo: **Tese-guia da FENAJ**

Título: **Retrocesso histórico exige resistência, organização e luta**

Proponente: **Diretoria da FENAJ**

Justificativa

A história não caminha linearmente em direção à superação das desigualdades sociais e da emancipação humana, como foi sonhado um dia. Os recentes acontecimentos políticos ocorridos em alguns países do mundo e no Brasil revelam que no regime capitalista, não importa em que época, o ser humano e os valores que a humanidade construiu para a vida social não importam. No mundo, as celebradas primaveras desencadearam invernos em vez de verões. O mais rigoroso deles na Síria, onde uma guerra civil já matou milhares e provocou uma crise humanitária comparável à da segunda guerra mundial. No Brasil, um golpe de Estado levou o país de volta ao passado.

Depois de três décadas de democracia e de pouco mais de uma década de avanços nas políticas de inclusão social das populações historicamente marginalizadas, o Brasil voltou à situação de país sitiado, onde democracia, Estado Democrático de Direito e vontade soberana do povo foram jogados por terra. A velha e corrompida oligarquia brasileira, representada por partidos políticos liberais-conservadores, mais uma vez aliou-se ao capital internacional (especialmente os grandes grupos petrolíferos defendidos pelo governo dos Estados Unidos), para perpetrar um golpe de Estado no país.

Diferentemente do que ocorreu em 1964, em 2016 os golpistas não precisaram fazer uso da força; contaram com os grandes grupos de mídia, o Congresso Nacional, Poder Judiciário e Ministério Público Federal para produzir um golpe pseudolegal. Travestido de legalidade, um farsesco processo de impeachment foi desencadeado a partir de uma crise econômica superdimensionada para provocar uma crise política e moral.

Os argumentos, entretanto, foram semelhantes aos utilizados pelos golpistas de 1964. O combate à corrupção e a ineficiência do governo foram o combustível utilizado para inflamar uma massa descontente com o fim de um ciclo de prosperidade econômica e inconscientemente inconformada com as políticas de inclusão social implementadas pelos governos Lula-Dilma, que transformaram em cidadãos milhões de seres humanos até então invisíveis.

Os motivos para o golpe foram vários, mas nem de longe passaram pelo combate à corrupção ou pelo fortalecimento do Estado brasileiro. Ao contrário, a participação do Brasil na construção de uma nova geopolítica mundial, com a formação dos Brics (grupo de países emergentes que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), despertaram os países hegemônicos, capitaneados pelos Estados Unidos e Inglaterra. O governo brasileiro também estava resistindo aos interesses capitalistas que queriam a desnacionalização do Pré-Sal, a privatização da Petrobrás e dos bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa) e a desconstituição dos direitos sociais implementados.

Os desdobramentos do golpe não demoraram; ao contrário, os golpistas foram muito ágeis em deflagrar o processo de desconstrução da política externa brasileira e dos avanços socioeconômicos recentes. O tucano José Serra foi o encarregado de desmontar a agenda de afirmação da soberania nacional, que buscava alternativas e parceiros para o enfrentamento às imposições dos países ricos. Esse desmonte vai levar ao enfraquecimento dos Brics e ao fim da Unasul e da Celac, com graves prejuízos para toda a América Latina e para a busca de equilíbrio na geopolítica mundial.

Internamente, o retrocesso está assentado em dois pilares: desmonte da Constituição brasileira e reforma trabalhista, com ênfase para a ampliação da terceirização e da prevalência do negociado sobre o legislado. Os argumentos são a modernização do Estado e das relações de trabalho e a necessidade de redução dos custos de produções para alavancar a economia. Em outras palavras, a agenda neoliberal considera direitos legais e sociais impedimentos à remuneração do capital e acumulação pretendidas.

Em poucos dias do (des)governo dos golpistas, o que se viu no Brasil foi um verdadeiro ataque às políticas de governo implementadas na última década. A política econômica foi novamente entregue ao representante do sistema financeiro mundial, Henrique Meirelles. A diferença é que no (des)governo golpista ele não terá freios e imediatamente começou a sanha neoliberal anunciando que o governo terá de limitar seus gastos, inclusive em áreas como a educação e a saúde.

A política de recomposição do salário mínimo, a Previdência Social, outras conquistas históricas dos trabalhadores e os programas de inclusão social (que distribuem renda e aquecem a economia) também estão ameaçados. As reformas previdenciária e trabalhista previstas virão para retirar direitos dos trabalhadores brasileiros, que terão de conviver com um período de recessão.

A FENAJ e os sindicatos de jornalistas de todo o país há 25 anos organizam e atuam no movimento pela democratização da comunicação, tendo elegido o FNDC – Forum Nacional pela Democratização da Comunicação, que ajudaram a criar – como o fórum privilegiado para as disputas no aprofundamento da democracia nas comunicações. Com perdas e ganhos ao longo da história e na relação com os

governos e com o Congresso Nacional. E é neste período atual que o cenário das disputas democráticas no campo da comunicação, considerado adverso pelos militantes da democratização da comunicação, piora de maneira alarmante. Primeiro, o governo interino de Michel Temer extingue o Ministério das Comunicações, anexando-o ao das Ciências, Tecnologia e Inovação. Depois nomeia para cargos chaves representantes ou aliados das grandes empresas de comunicação e ataca o incipiente sistema público na figura da Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Por outro lado, as empresas de comunicação assumem definitivamente papéis políticos, partidários e comprometem a cultura e a democracia ao abandonarem o jornalismo e os princípios de nação na produção cultural como um todo.

Apoiadoras do governo ilegítimo de Temer, as empresas de comunicação foram centrais na desestabilização política da gestão Dilma e na legitimação pública do golpe. Esse mesmo governo inicia o desmantelamento do setor público da radiodifusão e ameaça o setor das comunicações com um retrocesso que nem mesmo a Ditadura Militar ousou realizar em 21 anos de governo. Portanto, para enfrentar esta nova ameaça, a FENAJ, as demais entidades sindicais e os movimentos na luta pela democratização da Comunicação devem reagrupar-se em torno de bandeiras que possam mobilizar os profissionais da comunicação e a sociedade, elegendo prioridades nas ações e aprofundar a luta dos trabalhadores da comunicação, estratégica para a defesa da democracia brasileira.

Diante deste cenário, a massa da classe média vai se recolher para lamentar suas "perdas" e os setores progressistas da sociedade brasileira, que foram às ruas defender a democracia e a legalidade vão, novamente, protagonizar a resistência e a luta.

A resistência ao golpe já é uma realidade, com manifestações diárias em todo ao país contra o (des)governo ilegítimo e imoral que tomou o poder. Tão rápido quanto o golpe foi a reação a ele. A imprensa internacional, a partir de seus correspondentes no Brasil, questiona a legalidade do processo de impeachment. Manifestações em diversas partes do mundo começam a desmanchar a versão diligentemente construída pela mídia nacional.

A desmoralização das instituições nacionais (Congresso Nacional, Poder Judiciário e Ministério Público Federal) e o descrédito da população em relação aos partidos políticos vão provocar mobilizações populares de grande repercussão. Dessas mobilizações, podem surgir forças políticas (novas e/ou renovadas) para requalificar as instituições brasileiras e a política nacional, reinventar a participação social e levar o Estado brasileiro a um outro modelo de governo e de produção econômica, no qual a distribuição de renda e das riquezas se torne uma realidade.

Propostas:

- A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas não reconhecem o (des)governo golpista.
- A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas não endossam a proposta de novas eleições, entendendo que se trata de outra forma de legitimação do golpe, visto que não há motivos legais para o impedimento da presidente eleita.
- A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas vão participar ativamente dos movimentos de resistência às medidas de desmonte da Constituição Federal, da CLT e da Previdência Social.
- A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas vão participar das lutas em defesa da retomada da democracia, do Estado Democrático de Direito e das liberdades individuais.
- A FENAJ intercederá em todas as instituições com as quais tenha relação em nível internacional para denunciar o golpe e exigir da opinião pública internacional a condenação desse processo de quebra institucional.
- A FENAJ, como entidade filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), deve acompanhar os debates na via da organização de uma greve geral no país, instrumento que pode ser usado pelos milhões de trabalhadores para a defesa de seus direitos, e levar essa discussão à categoria.
- A FENAJ e os sindicatos vão seguir na defesa de um novo marco regulatório para as comunicações, ampliando este debate junto à categoria e à sociedade.
- FENAJ e os sindicatos combaterão as violações decorrentes às normas em vigor para o setor, como as transferências ilegais de outorgas e o controle de emissoras de radiodifusão por políticos.
- FENAJ e os sindicatos lutarão pela implementação imediata do canal da cidadania.

- FENAJ e os sindicatos defenderão a liberdade de expressão e o direito à privacidade na internet, denunciando o controle da rede por corporações internacionais como Google e facebook.
- A FENAJ e os sindicatos fortalecerão os comitês regionais e estaduais do FNDC, ampliando a capilaridade da luta pela democratização da comunicação.
- A FENAJ e Sindicatos de Jornalistas devem atuar buscando o fortalecimento do Sistema Público de Comunicação.
- FENAJ e Sindicatos devem lutar pela recriação do Ministério das Comunicações, como instância de formulação das políticas públicas de governo.
- A FENAJ deve lutar para democratizar e fortalecer o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.
- A FENAJ deve manter, junto com o FNDC, o debate nacional sobre democratização da comunicação, reavaliando periodicamente a conjuntura e o plano de ações.

Observações

A **Tese nº 2** teve suas propostas de supressão de trechos da Tese Guia nº 1 rejeitadas por 39 votos a 26.

A **Tese nº 3**, que propunha supressões e adições à Tese Guia nº 1, foi rejeitada, registrando-se duas abstenções.

A **Tese nº 4**, aditiva, com relação ao acompanhamento dos debates com vistas a uma greve geral, foi aprovada por unanimidade, tendo sua redação já incorporada ao texto da Tese Guia nº 1 apresentado acima.

A **Tese nº 5** - aditiva a Tese Guia nº 1, foi retirada por seus proponentes após debates.

A **Tese nº 6** - correlata à Tese Guia nº 1 - foi rejeitada por 36 votos a 25, registrando-se uma abstenção. Posteriormente teve partes de seu conteúdo, juntamente com partes da **Tese nº 7**, aprovado por unanimidade a partir de texto de acordo submetido ao plenário e já incorporado ao texto acima.

Tese nº 8

Tipo: **Correlata (avulsa de Sindicato)**

Título: **Plataforma Municipal por uma Comunicação Democrática**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

A Frente Ampla pela Liberdade de Expressão no Rio de Janeiro (Fale Rio) apresenta sua plataforma com sugestões de iniciativas municipais para a democratização da comunicação.

Justificativa

No cenário político conturbado que tomou de assalto a sociedade brasileira no último período, mais do que nunca, deparamo-nos com a centralidade dos meios de comunicação na definição das narrativas que norteiam os rumos políticos do País.

Na arquitetura montada para viabilizar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os meios de comunicação privados, sobretudo dos grupos que monopolizam o espectro de Rádio e TV, tiveram papel preponderante na construção de um cenário favorável ao golpe.

Não é de hoje, porém, que movimentos sociais que lutam pelo direito à comunicação cobram dos poderes legislativo, judiciário e executivo medidas concretas de combate ao monopólio e de incentivo à democratização dos meios de comunicação.

Infelizmente, cumpre demarcar, o Estado brasileiro quase sempre se absteve desse debate quando não foi, ele mesmo, financiador conivente das práticas antidemocráticas dos grupos político-econômicos por traz das organizações Globo, Record, SBT, Frias, e das empresas de telefonia, que, pouco preocupados com a informação e o interesse público, tratam a comunicação como mera mercadoria. Os canais de rádio e TV, concessões públicas, foram em diversos episódios utilizados como moeda de barganha política, o que levou a se estabelecer o fenômeno conhecido como coronelismo eletrônico, no qual deputados e senadores se tornam ilegalmente donos de canais. Embora tal prática viole o artigo 54 da Constituição Federal, ela já se tornou comum em todo o território nacional.

Lutar pela garantia do Direito à Comunicação é reconhecer que a Comunicação é um direito humano fundamental, parte na nossa cesta básica de cidadania, tão importante quanto o direito ao trabalho, à educação ou à saúde. Num país como o nosso, onde os meios de comunicação são majoritariamente privados e oligopólicos, onde predomina o pensamento único e a manipulação da informação, onde a legislação é arcaica e defasada, onde não há garantia da diversidade cultural nem da pluralidade de opiniões, lutar pela democratização da comunicação em todos os níveis, federal, estadual e municipal, implica em lutar pela mais ampla liberdade de expressão, criando ferramentas de maior participação popular nas políticas públicas de comunicação.

Nestas eleições municipais de 2016, sugerimos às candidatas e candidatos a cargos majoritários ou proporcionais, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, algumas propostas de políticas públicas a serem implantadas no município do Rio de Janeiro.

Propostas:

1. Conselho Municipal de Comunicação: Como uma das formas de garantir uma maior participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas de comunicação social, é fundamental termos um Conselho Municipal de Comunicação, com composição (quadripartite) equilibrada e isonômica entre poderes públicos, empresários e trabalhadores do setor, da sociedade civil não empresarial, com estrutura mínima para seu bom funcionamento, e com caráter deliberativo. Utilização de ferramentas como Consultas Públicas e Audiências Públicas para inclusão da população nas tomadas de decisão sobre políticas públicas para o setor. Tal conselho deve ser formatado garantindo-se diversidade na composição étnico-racial, de gênero e orientação sexual de seus/suas participantes de maneira a garantir a representatividade das pautas de mulheres, negros e negras, indígenas e população LGBT. Orienta-se também a garantia de participação das pessoas com deficiência.

2. Conferências Municipais de Comunicação: Como parte do processo democrático de preparação das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional de Comunicação, estas Conferências Municipais de Comunicação devem ser o espaço

privilegiado para a discussão e formulação das políticas públicas de comunicação em nível municipal, com delegados representando os três setores interessados: poderes públicos, empresários e trabalhadores do setor, da sociedade civil não empresarial, convocadas com periodicidade mínima de três anos, ou previamente à realização das etapas estadual e nacional.

3. Verbas publicitárias públicas para mídias livres e alternativas: Garantir uma distribuição de percentual mínimo (a ser regulamentado por Lei) das verbas publicitárias oficiais dos poderes públicos municipais, tanto do Poder Executivo (Prefeitura), quanto do Poder Legislativo (Câmara Municipal), nas mídias livres e alternativas (jornais de bairro, blogs independentes, rádios e TV's comunitárias, rádios e TV's públicas, revistas alternativas), como forma de descentralizar a utilização dessas verbas publicitárias e fortalecer a comunicação livre e alternativa, garantindo assim uma maior pluralidade na distribuição dessas verbas publicitárias.

Além disso, levar em consideração no emprego destas verbas a execução de peças com a presença de atores, atrizes e produtores/as negros/as, mulheres e integrantes da população LGBT. Sobre tudo nas campanhas voltadas especificamente para a população LGBT, viabilizadas pela secretaria municipal de diversidade sexual, por exemplo, a presença de pessoas LGBT, sobretudo pessoas trans, deve ser privilegiada uma vez que a identificação é fator primordial para o bom resultado de qualquer ato comunicativo. A representatividade e o pertencimento é que geram narrativas verdadeiramente inclusivas. Pensar a comunicação exige a transversalização da estética LGBT e da população negra.

4. Políticas de apoio para as mídias livres e alternativas: Criação de um Fundo de Fomento Municipal para as mídias livres e alternativas, apoiando oficinas de capacitação para comunicadores comunitários, investimento em aquisição de equipamentos técnicos para rádios e TV's comunitárias, patrocínio de blogs independentes e de jornais de bairro, projetos de incentivo à produção de conteúdos audiovisuais e impressos dessas mídias livres e alternativas. Fortalecimento dos Pontos de Cultura e Pontos de Mídias Livres, com investimentos municipais.

Implantação nas subprefeituras de "centro de produção e exibição" audiovisual para, através de licitação pública, possibilitar o acesso de grupos regionais de cultura e

informação, sendo realizados concursos públicos para contratação de profissionais da área de comunicação (jornalistas, radialistas, artistas, cinema, etc.), respeitando suas regulamentações, acordos e convenções coletivas de trabalho.

5. Programa de inclusão digital: Projetos que envolvam a formação de cidadãos e cidadãs para uma melhor utilização dos equipamentos e ferramentas tecnológicas, democratizando o acesso à informática e à Internet, como a construção de telecentros públicos e comunitários, criação de redes de fibra ótica (última milha) que cheguem até às comunidades mais carentes do Rio, universalizando a banda larga em todo o município (Praças Digitais/Cidade Digital), programas de aquisição e distribuição de microcomputadores para alunos e professores das escolas municipais.

6. Políticas de acesso à informação, governança e transparência: Democratização e transparência nas informações dos poderes públicos municipais, em particular do poder executivo, implementando no plano municipal a Lei do Acesso à Informação, disponibilizando no site da Prefeitura todas as informações pertinentes sobre os projetos e programas do Governo Municipal, em particular sobre o Orçamento e sua execução, o mesmo acontecendo no caso da Câmara de Vereadores. Criação de Ouvidorias em todos os órgãos dos Poderes Públicos.

7. Edu-comunicação: Programas educacionais nas escolas da rede municipal de ensino, voltados para a capacitação e aprendizado dos alunos com as ferramentas e práticas comunicacionais, com destaque para um programa de leitura crítica da mídia.

8. Radiodifusão Comunitária: Envidar esforços junto ao Ministério das Comunicações e à ANATEL para a concessão de mais canais de rádios comunitárias no âmbito do Município, desenvolvendo um Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária, desobstruindo o processo de concessões e licenças e, combatendo a crescente criminalização das rádios comunitárias. Tal premissa estende-se aos comunicadores populares, midiativistas e midialivristas que atuam em âmbito municipal e que têm passado por processos de perseguição, silenciamento e censura recorrentes por parte dos órgãos do Estado. Igualmente, lutar para que o Canal da Cidadania da TV Digital seja implementado no âmbito de cada Município, com ampla participação da sociedade organizada.

9. TV's Legislativas: Criar uma TV Legislativa nos municípios onde ela ainda não exista, e democratizar a gestão nos Municípios aonde ela já exista, como forma de garantir uma maior transparência do funcionamento do Poder Legislativo junto aos cidadãos.

10. Redes Públicas: Capilarização e fortalecimento das redes públicas de TV e de rádio no âmbito de todo o Estado, com a criação de estações repetidoras da TV Brasil nos Municípios que ainda não são alcançados pelas emissoras de TV da EBC, e criação de novas outorgas de rádios FM educativas para órgãos públicos (EBC, Universidades Públicas, Prefeituras) em Municípios aonde ainda não existem emissoras públicas de rádio.

11. Defendemos a criação de uma “Empresa Municipal de Mídia”, com uma gestão democrática e transparente, com produção para múltiplas plataformas e mídias (TV, rádio, web, impressa) de produtos de comunicação voltados para a cidadania e a inclusão social, com gêneros e formatos diferenciados, não circunscritos a uma tarefa de educação formal, mas dialogando com as necessidades reais da população, de produção e distribuição de conteúdos, no sentido mais amplo de uma educação para a cidadania.

Implementar um Conselho com representantes da sociedade civil para orientar as políticas educativas e culturais da empresa. Para garantir que suas decisões sejam tomadas em nome do interesse público, seus membros devem ser escolhidos em consulta pública, sendo garantida diversidade na composição étnico-racial, de gênero e orientação sexual de seus/suas participantes de maneira a garantir a representatividade das pautas de mulheres, negros e negras, indígenas e população LGBT. Orienta-se também a garantia de participação das pessoas com deficiência.

Nas empresas estatais do município que seja instituído o Ombudsman, com a contratação de jornalista profissional concursado tendo mais de 10 anos de exercício na profissão. Que qualquer contratação de jornalista profissional, seja diplomado e através de concurso público, bem como haja um Plano de Cargos, Carreira e Salário respeitando a regulamentação profissional, acordos e convenções coletivas de trabalho. O preenchimento de cargos técnicos de chefia sejam ocupados por funcionários concursados.

Observação

Tese aprovada por unanimidade.

Tese nº 9

Tipo: **Correlata (Avulsa)**

Título: **Democratização da Mídia e da Publicidade**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Justificativa

Entidades progressistas, sindicatos, jornalistas, ativistas, acadêmicos, grupos de mídias alternativas e populares estão há anos debatendo e buscando meios para acabar com o monopólio da Comunicação no País, concentrado em apenas 6 grupos, o que faz do Brasil, um Além do caráter monopolista da grande mídia privada, hoje, assim como na ditadura militar, ela se tornou um porta voz de governos autoritários , direcionando conteúdos com o se fosse um partido de oposição e descaracterizando qualquer os valores , a cultura e o tecido social regional.

Após a Ditadura, o Brasil avançou democraticamente, mas o controle da Mídia com empresas que se fortaleceram, inclusive, neste período. No período ditatorial, os donos do poder agiam de várias formas para acabar com a imprensa progressista ou que contrariava seus interesses:

Em muitas redações impunham um censor na redação, censuravam, perseguiram, prendiam e matavam jornalistas. Mas também sufocavam empresas jornalísticas cortando a publicidade oficial ou ameaçando empresários que liberassem publicidade para esses veículos.

Nos últimos anos, não neste momento golpista, houve vários avanços sociais, mas a questão da Mídia ficou inerte e o controle da Comunicação é cada vez maior, onde não prevalece o pluralismo das ideias. Apesar da Constituição Federal de 1988, que prevê a regulação dos meios de comunicação, nada avançou.

Evidente que, mesmo com o oligopólio, a construção de novas mídias pelos movimentos sociais e pela sociedade em geral representa um grande passo de oposição a este oligopólio e em defesa de uma imprensa livre.

Mas como romper esta muralha? Primeiro mudando as leis de concessão de rádios e TV nos países, a maioria na mão desses 6 grupos e de políticos. Mas esses impérios só se sustentam pelas astronômicas verbas publicitárias do Governo e seus braços, que são as fundações, autarquias e empresas públicas.

Não adianta mudar a lei de concessão de rádios e TVs se não houver também uma lei de democratização da publicidade pública País, onde um grupo de Comunicação abocanha pelos menos 70% de verba.

Proposta:

Democratização da publicidade pública nos meios de comunicação, com objetivo de atender a mídia alternativa e Popular do País.

Observação

Tese aprovada por ampla maioria, com 3 abstenções.

Tese nº 10

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: **Fundamento do Jornalismo é a verdade factual**

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

O refrão “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, entoado por manifestantes na década de 1980, voltou a ser ouvido de norte a sul do Brasil nos primeiros meses deste ano de 2016. Em várias capitais brasileiras houve manifestações exclusivamente para protestar contra a atuação dos grandes grupos de comunicação. Parte da

sociedade brasileira reagiu à manipulação da informação, à distorção de fatos, à divulgação de meias verdades e mentiras completas e à exposição desmedida de pessoas, num verdadeiro linchamento midiático, que a chamada mídia hegemônica vem promovendo.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) denunciou, em mais de uma ocasião, que os grandes grupos de comunicação estavam atuando como partido político, ao fazer oposição ostensiva ao governo federal. Uma prática admitida, em 2010, pela ex-presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e diretora do jornal Folha de S. Paulo, Judith Brito, ao identificar a fragilidade da oposição partidária ao então governo Lula.

Ao assumir o papel de oposição, a mídia hegemônica brasileira abriu mão do Jornalismo. Deixou de cumprir seu papel de fazer a mediação dos fatos ocorridos e das ideias em debate. Abandonou o fundamento primeiro da atividade jornalística contemporânea, que é a busca da verdade dos fatos para a fiel reportagem à sociedade.

A reação da sociedade brasileira nos episódios recentes revela que, intuitivamente (porque não há uma reflexão social teórica e ética sobre o Jornalismo), os cidadãos e cidadãs sabem qual é o papel social do Jornalismo e dos jornalistas e não aceitam desvios. Intuitivamente, não apenas os brasileiros (as), mas a humanidade percebe o que os jornalistas têm obrigação de conhecer e defender: o fundamento do Jornalismo é a verdade factual e o compromisso da categoria com a sociedade é, sobretudo, um compromisso ético.

O Jornalismo surgiu de uma demanda social, para viabilizar uma nova sociedade, na qual todos os cidadãos e cidadãs tivessem direitos iguais, assentados nos valores republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade. A princípio, foi o local das manifestações de grupos que defendiam causas específicas. Mas o Jornalismo evoluiu; deixou de representar interesses particulares (ainda que justos) para tratar dos interesses coletivos das várias sociedades. Portanto, a passagem do Jornalismo de opinião para o Jornalismo de informação é uma superação exigida socialmente.

O Jornalismo não pode estar condenado à falácia e à manipulação. Os jornalistas devem mostrar, com sua prática profissional, que é possível informar à sociedade; é

possível reportar fatos; é possível fomentar o debate de ideias; é possível dar aos cidadãos e cidadãs informações que lhes permitam formar juízos e agir socialmente.

Cabe aos jornalistas, portanto, a defesa do Jornalismo como forma de produção de conhecimento imediato da realidade para a constituição da cidadania. Para isso, o jornalista deve assumir junto aos seus pares e à sociedade o compromisso ético com sua profissão, o compromisso com verdade testemunhada.

Se nas relações sociais, há o entendimento tácito de que as pessoas dizem a verdade, caso contrário a mentira não teria o efeito de se passar por verdade, no Jornalismo esse entendimento eleva-se à condição de compromisso. Os cidadãos e cidadãs somente buscam informações jornalísticas por acreditarem que são verdadeiras e o jornalista somente exerce sua profissão, porque a sociedade acredita em sua honestidade intelectual e em seu compromisso ético.

Ainda que não seja assumido individualmente por todos os jornalistas, é esse compromisso ético que confere credibilidade à categoria, responsável pela produção da informação jornalística. Jornalismo sem ética é a sua negação; é opinião interessada, propaganda, entretenimento, show, circo de horrores e outras formas disfarçadas de desinformar em vez de informar.

Esse comprometimento ético deve ser inerente aos jornalistas profissionais, como categoria, e é elemento fundante na diferenciação dos profissionais da informação. Dos cidadãos e cidadãs que eventualmente produzem e difundem informações, não é cobrado esse mesmo comprometimento ético que, na realidade, torna-se possível pelos conhecimentos teóricos e técnicos do Jornalismo.

É na defesa do Jornalismo e do jornalista como profissional que assume o compromisso ético com a sociedade que a FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas do país elaboraram o Código de ética do Jornalista Brasileiro e criaram e mantêm suas Comissões de Ética. A autorregulamentação profissional é o caminho que identificamos para o exercício ético da profissão.

Propostas:

- Lutar pela criação e implementação do Conselho Federal de Jornalistas para promover a autorregulamentação da profissão e a fiscalização do exercício profissional, a partir do Código de Ética do Jornalista Brasileiro.

- Lutar pela criação, por meio de lei federal, do Estatuto do Jornalismo Brasileiro, como um dos mecanismos de controle público para a garantia da qualidade da informação jornalística difundida pelos veículos de comunicação, sejam impressos, audiovisual ou digitais.

Observações

Tese aprovada com emendas e supressões aceitas pela proponente da **Tese nº 10** e já incorporadas ao texto acima. Foram registradas 4 abstenções.

A **Tese nº 11**, supressiva, foi rejeitada por ampla maioria e a **Tese nº 12** foi retirada por seus autores.

Tese nº 13

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: **CFJ - Conselho Federal de Jornalistas: profissão digna e Jornalismo com contrato público e ético com a sociedade**

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

O debate e a conscientização dos jornalistas para a necessidade de criação de um órgão de regulamentação e fiscalização da profissão, dando à categoria a possibilidade de autonomia em relação ao Estado, remonta à década de 1980. Desde 1990, a criação do Conselho Federal de Jornalistas vem sendo pauta de Congressos Nacionais e outros fóruns de debate e deliberação da categoria. Em 2000, no 29º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Salvador, Bahia, a categoria aprovou definitivamente a proposta de criação de um Conselho da categoria, optando por um projeto de lei, por se tratar de uma autarquia federal e assim, submetida à fiscalização pelo TCU.

A partir de então, as direções que se sucederam na FENAJ, em conjunto com os Sindicatos, lutaram, negociaram, pressionaram e conseguiram avanços junto ao

governo federal para a apresentação de um PL. Finalmente, em 2004, durante a abertura do 31º Congresso Nacional dos Jornalistas, em João Pessoa, Paraíba, houve o anúncio de que o Projeto de Lei 3.985/2004, propondo a criação do CFJ, fora enviado à Câmara dos Deputados.

Uma conquista ímpar para os jornalistas e o Jornalismo contra a qual, como sempre quando se trata de atender anseios e direitos dos trabalhadores, as empresas de comunicação investiram todas as armas contra o CFJ. E numa atitude de fazer inveja a Goebbels, o patronato usou o princípio da orquestração, ou seja, fez ressonar boatos e falácias até se transformarem em “notícias”. Inclusive, até mesmo muitos jornalistas se deixaram levar pela mentira de que o CFJ tinha objetivo de censurar a imprensa e que o Projeto de Lei era de autoria do Governo com o único intuito de controlar a mídia no Brasil. O projeto acabou arquivado.

Pouco anos depois, em 2009, a profissão sofreu mais outro profundo golpe, desferido pelo STF. A retirada da exigência do diploma para o exercício do jornalismo atingiu uma das bases fundamentais da regulamentação profissional. Provocou enorme retrocesso na consolidação da identidade e valorização da profissão e na melhoria e qualificação do próprio Jornalismo.

Hoje, novamente, a profissão e o Jornalismo passam por mudanças de fundo que cada vez mais dão a certeza de que necessitamos de um Conselho. Não apenas nós, os jornalistas, precisamos do CFJ para organizar, defender e valorizar a profissão.

Toda a sociedade brasileira precisa de um Conselho Federal de Jornalistas como garantia de que terá respeitado seu direito à informação qualificada, ética, plural e efetivamente voltada ao interesse público. A demonstração dessa necessidade está reforçada em outras teses aqui apresentadas pela diretoria FENAJ, em especial na “Jornalismo e Ética: Fundamento do Jornalismo é a verdade factual”.

Para o fortalecimento da nossa organização e a melhoria do Jornalismo é imperioso não só resgatar conquistas derrubadas, enfrentar as ameaças e retrocessos que nos vêm sendo impostos, como também buscar avanços para a valorização da profissão.

Assim, permanecem em nossa pauta de lutas prioritárias a aprovação da PEC do diploma, a atualização da Regulamentação Profissional e a criação Conselho Federal de Jornalistas (CFJ).

É preciso que todos compreendam que o Jornalismo, outras áreas de suma importância ao país e a sociedade, estão perdendo ou ameaçadas de perder direitos, regulações, regulamentações, legislações de conquistas específicas ou coletivas. Este processo vem roubando da população brasileira ferramentas para a defesa e garantia de seus direitos sociais e para o exercício da cidadania.

Os jornalistas, com certeza, constituem uma das categorias mais atacadas nos últimos tempos, justamente pelo papel social que desempenham. Os donos da mídia e seus aliados políticos, também sabedores da importância deste papel, buscam, de todas as formas, golpear e impedir a organização profissional dos jornalistas.

Precisamos, então, seguir com firmeza, intensificar e avançar nossas lutas pela regulamentação, formação e CFJ, ampliando o apoio na sociedade e discutindo suas importâncias com os demais segmentos organizados, principalmente os profissionais da comunicação.

Com o CFJ vamos criar mecanismos de defender ainda mais nossa profissão, como, por exemplo, os de emissão dos registros e fiscalização do cumprimento da legislação profissional, além da aplicação do Código de Ética. Por meio do Conselho, o Código de Ética dos Jornalistas se tornará obrigatório para o exercício do Jornalismo.

Neste cenário contemporâneo, portanto, a criação do CFJ torna-se, a cada dia, mais fundamental para os milhares de jornalistas brasileiros enfrentarem seu cotidiano de precárias condições de trabalho e violência de todo o tipo no exercício do Jornalismo. O CFJ é, enfim, uma forma de garantir uma profissão digna e com um contrato público e ético com a sociedade.

Propostas:

- Reafirmar, recompor e ampliar a campanha pelo Conselho Federal de Jornalistas (CFJ) com as seguintes principais ações:
 - a) atualizar o Projeto do CFJ. Ação a ser desenvolvida por meio de encaminhamentos da diretoria da FENAJ.

b) Reestabelecer e atualizar um plano de lutas para a conquista do CFJ, articulando-o com os da regulamentação e da PEC do diploma já em desenvolvimento. Ação a ser desenvolvida por meio da criação de GT Nacional Coordenador da Luta pelo CFJ, integrado por representantes da Executiva e Departamentos da FENAJ e de outras entidades do campo do Jornalismo. Desenvolvida também em consulta e planejamento junto a GTs estaduais, que deverão ser criados em cada Sindicato.

- Que a criação do CFJ seja feita com um amplo debate com os sindicatos e categoria para discutir o seu modelo e esclarecer dúvidas das suas prerrogativas e formato.

Observações

Tese aprovada por ampla maioria, registrando-se 3 votos contrários e 7 abstenções.

A **tese nº 14** teve suas propostas de adição aceitas pelos autores, aprovadas por consenso e já incorporadas ao texto acima.

A **Tese nº 15** foi considerada já contemplada na **Tese Guia nº 13**.

A **Tese nº 16** foi retirada pelos autores.

Tese nº 17

Tipo: **Correlata (Avulsa)**

Título: **Ética só existe com diploma**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro

Justificativa

No relatório da Comissão Especial, `a PEC do Diploma, o deputado Hugo Leal procurou mostrar as razões de se alterar dispositivos da Constituição Federal para estabelecer a necessidade de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão de jornalista, destacando que “ uma imprensa livre, democrática e soberana com responsabilidade e compromisso ético no desempenho do seu Mister legal será sempre um dos pilares de sustentação o condão de assegurar a ocorrência, em toda

sua extensão, dos fundamentos do Estado democrático de direito vigente no regime republicano.

Efetivamente não é o diploma que impede o cidadão de exercer a liberdade de manifestação de pensamento e de informar nos veículos de comunicação no país.

Em síntese, a exigência do Diploma de curso superior em jornalismo, “constitui-se numa das garantias do cidadão e da sociedade na consecução dos objetivos fundamentais da República brasileira,

É lamentável enfatizar que, entre outubro de 2011 e os dias atuais, foram efetuados quase 20 mil registros em todo país, a maioria, de pessoas que não apresentaram comprovação de qualquer atividade jornalística profissional

Atento a essa realidade, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, tem se recusado a aceitar a sindicalização desses “jornalistas” Nessa lista pode estar camelô, bicheiro, padeiro, pedreiro, traficante e milicianos.

Mas do que nunca, faz-se essencial que a FENAJ assume o compromisso de atuar, junto a Comissão Especial da PEC do Diploma, para que conste no substitutivo o que determina a Lei 6.612, de 07 de dezembro de 1978, regulamentada pelo decreto 83.284 de 13 de março de 1979, em seu artigo 14, que “ será passível de trancamento o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de dois anos”, obviamente, que ele terá de juntar os comprovantes de pagamento da contribuição sindical, Carteira de Trabalho assinada onde ele presta serviço com pagamento do FGTS, INSS e outros benefícios.

Esperamos, com isso, que haja uma verdadeira debandada desses pseudo-jornalistas, a expulsão de nossa categoria desses falsos profissionais.

Na verdade, o que impede o exercício desses direitos fundamentais é a concentração da mídia em mãos de poucos grupos, é a orientação editorial dos veículos de comunicação, , em vez da verdade, da informação isenta, ou do respeito às pessoas e autoridades.

As estatísticas apontam que mais de 20 mil registros de jornalistas nos últimos anos, por diferentes razões, algumas das quais motivadas pela busca de status, usar politicamente para ocupar cargos de confiança, ou até mesmo como forma de proteção diante da polícia.

Sem dúvida, essa realidade tem sequencias direta na nossa categoria, podendo assegurar que 90% dos pedidos de registros nunca tiveram no mercado de trabalho. São aqueles que buscam o registro para obter vantagens pessoais, que nunca trabalharam numa redação.

Propostas:

- A FENAJ deve defender, durante o processo de regulamentação da PEC do Diploma, a inclusão de artigo que deixe clara a necessidade da exigência da formação de nível superior específica em jornalismo, em nível de graduação, para o exercício profissional.

- Deve defender também a inclusão de artigo prevendo o cancelamento dos registros emitidos para não diplomados que não tenham exercido a profissão após a obtenção do referido registro.

Observação

Tese aprovada mediante acordo de redação já incorporado no texto acima, com um voto contrário.

Tese nº 18

Tipo: **Correlata (Avulsa de Sindicato - Sinjope)**

Título: **Comissões de Ética Notas 10 nos Dez Anos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco – Sinjope.

Justificativa

Aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas Extraordinário realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em Vitória, Espírito Santo, em 2007, o atual Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros completa 10 anos em 2017. Mais que uma comemoração, carece de várias ações que precisam ser encaminhadas pela própria Comissão Nacional de Ética (CNE), pela FENAJ e por todos os seus 31 Sindicatos filiados. O objetivo maior a ser buscado é o de que o Código de Ética dos Jornalistas se torne, de fato, amplamente conhecido e que seu uso tenha a maior eficiência possível para garantir o verdadeiro Jornalismo, aquele pautado na Ética.

Embora o Código de Ética dos Jornalistas esteja para completar dez anos, até 2015 havia sindicatos com Comissões de Ética em desacordo com seu Art. 15, mais especificamente em seu Parágrafo 1º (“As referidas comissões serão constituídas por cinco membros”). Até por isso, há razoável fundamento para a preocupação de que processos podem estar sendo conduzidos fora dos parâmetros do Regimento Interno das Comissões Regionais de Ética. Num e noutro caso há risco de, no caso de haver recursos contra resultados de julgamentos, tudo seja anulado pelo desrespeito ao próprio Código de Ética. Pior, o ônus político estaria atrelado a um desrespeito ao Código de Ética por um Sindicato que não teria se ajustado a algo que a categoria aprovou num Congresso Nacional Extraordinário.

Independentemente de que haja ajustamento das configurações e funcionamentos de todas as Comissões de Ética dos Sindicatos dos Jornalistas ao Código de Ética dos Jornalistas e do Regimento Interno deliberado pela CNE, é fundamental ocorra um constante nivelamento e aprimoramento quanto à aplicação das normas, o que pode ser promovido com a frequente troca de experiências. Isso facilitaria a elucidação de dúvidas e o aprimoramento de procedimentos, conferindo mais agilidade e eficiência aos processos.

Aliado a tudo isso, também é fundamental viabilizar para a sociedade a ampliação do conhecimento do Código de Ética dos Jornalistas e de como ele pode ser utilizado para garantir defesa para cada cidadã(o) que se sinta agredido pela comunicação. Para isso, é preciso que as Comissões de Ética e os 31 Sindicatos difundam tais direitos, em eventos como debates e palestras. Isso pode ser feito com

apoio de outras instituições. Em Pernambuco, por exemplo, tem apresentado bons resultados a parceria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco (Sinjope) com o Ministério Público. Fruto dessa parceria a campanha “Palavras Têm Poder”.

Tudo isso pode contribuir para o aprimoramento da comunicação e a melhoria do conceito da categoria Jornalistas junto à sociedade, além de ampliar o processo didático ao se efetivar, quando necessário, a punição de profissionais que, com amplo direito de defesa, se comprove ter agido em afronta ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Propostas:

- Que os 31 Sindicatos filiados ajustem suas Comissões de Ética ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, inclusive instituindo e utilizando o Regimento Interno aprovado pela Comissão Nacional de Ética (CNE), tendo como limite de adequação o próximo Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (Enjai);
- Que a Comissão Nacional de Ética (CNE) assuma a missão de verificar as configurações das Comissões de Ética e da instituição do Regimento Interno por todos os 31 Sindicatos, indicando e orientando os procedimentos necessários, fornecendo os resultados alcançados no próximo Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (Enjai);
- Que a partir de 2017 os 31 Sindicatos garantam em suas delegações aos eventos da FENAJ ao menos uma vaga a um(a) integrante das suas Comissões de Ética, começando no Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (Enjai);
- Que a FENAJ pautem em seus eventos ao menos um grupo de trabalho específico para representantes das Comissões de Ética e da CNE, de modo a garantir a troca de experiências para ampliação da divulgação e aprimoramento da aplicação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros;
- Que os 31 Sindicatos promovam a ampliação do conhecimento do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, inclusive através de parcerias com outras instituições, como o Ministério Público, e socializem entre si projetos com êxito;

- Que a CNE dê apoio e orientação aos 31 Sindicatos para a promoção da ampliação do conhecimento do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Observação

Tese aprovada por unanimidade.

Tese nº 19

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: **Condições de Trabalho e Segurança dos Jornalistas: Resistir e lutar para garantir direitos e impedir retrocessos**

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

Poucas profissões sofreram tantas transformações, nas duas últimas décadas, quanto a dos jornalistas. No Brasil, as mudanças estruturais do capitalismo, a política de expansão do ensino superior, as alterações na regulamentação profissional da categoria e o aprofundamento da precarização, combinadas com um sistema de comunicação altamente concentrado, produziram, após a redemocratização do país, um ambiente de trabalho em que se alteraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas e de uma imprensa livre e a serviço da sociedade.

Atualmente, o jornalista profissional vivencia um momento de indefinição: “o encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais – resultado da 'crise' dos processos de convergência – e o aumento da carga horária dos jornalistas vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Neste contexto, aumentam os empregos informais (freelancers) e as fraudes trabalhistas, como a contratação de profissionais como pessoa jurídica (PJs), a múltipla função, a terceirização e mesmo quarteirização são recursos utilizados pelas empresas para garantir a margem de lucro, inclusive, em momentos de crise.

A substituição de jornalistas veteranos por mais jovens é outra prática recorrente, que vem acompanhada de redução de salário. O recém-formado, por sua inexperiência, se adapta facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos. A prática de realização de cursos de treinamento pelas próprias empresas ganha força agora que o diploma de jornalista não é mais obrigatório para o exercício profissional. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011).

O setor de Assessoria de Imprensa vem apresentando, principalmente nos estados onde o sindicato patronal está presente, questionamento sobre a natureza da assessoria de imprensa como atividade jornalística. Esta posição pode trazer grande impacto no mercado de trabalho do jornalista e, portanto, deve ser alvo de preocupação constante da FENAJ.

Vivenciamos uma crise do capitalismo industrial e da sociedade de consumo, na qual estão inseridas as empresas jornalísticas. Neste sentido, a crise é das empresas responsáveis pelos veículos de imprensa tradicionais, cujo modelo de negócios está baseado na produção industrial em larga escala (padronizada e massificada), tendo a publicidade como fonte de renda. Esse modelo mostra sinais de esgotamento e leva as empresas a aprofundar a precarização no trabalho.

Por outro lado, o jornalismo contemporâneo, enquanto prática cultural e humana mostra-se cada vez mais necessário para desnudar a sociedade atual, revelar suas contradições e perspectivas. A forma como nos comunicamos atualmente mudou drasticamente com os meios e redes digitais. Essa é a questão: a difusão da informação jornalística necessariamente não depende mais de uma estrutura gigantesca como a das atuais empresas monopolistas; a notícia também chega diretamente à opinião pública pelos novos canais de comunicação. Isto, sim, é transformador, pois pressupõe uma mudança profunda na cultura do jornalismo.

As experiências jornalísticas que surgem a partir de coletivos de ativistas e de jornalistas “empreendedores” são testemunhos desta mudança e experiências em gestação. Mas a questão a ser definida é se estas iniciativas podem resultar em um novo modelo de prestação de serviços jornalísticos que se torne sustentável, duradouro e que garanta uma condição de vida digna ao jornalista. Outro desafio é saber se o “jornalista empreendedor” poderá fazer frente às novas empresas de mídia

que surgiram nas últimas décadas e que também se movem com a mesma lógica monopolista de dominação do mercado como agem, por exemplo, o Google e o Facebook.

VIOLÊNCIA

Historicamente, os riscos da profissão estavam restritos às coberturas de guerra e de conflitos sociais. No geral, apenas ocasionalmente o jornalista se colocava em uma situação de risco. Nos últimos tempos, o perigo deixou as zonas conflituosas e chegou à cobertura diária. Mas é preciso insistir que o Jornalismo não é uma atividade perigosa por sua própria natureza. As condições de trabalho impostas à categoria, associada a desvios do papel do Jornalismo – como a espetacularização da violência, a escatologia e a aceitação pessoal (por parte de alguns profissionais) de tarefas que não lhe cabem – têm tornado a profissão uma atividade de risco para inúmeros trabalhadores.

A violência cotidiana das redações e a violência externa sofrida pelos jornalistas têm causas concretas, derivadas da linha editorial e das coberturas tendenciosas praticadas pelos veículos da grande mídia. Não obstante, constituem atentado contra a liberdade de expressão e de imprensa, bem como contra o direito constitucional de acesso à informação de qualidade.

É neste cenário em transformação – pouco favorável da perspectiva do trabalho e amplamente vantajoso para o capital midiático – que os sindicatos de jornalistas de todo o Brasil atuam, sob a representação maior da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Manter direitos conquistados ao longo das décadas de 1980 e 1990 é cada vez mais um desafio das entidades representativas da categoria. À tentativa de desregulamentação da profissão, que culminou com a derrubada do diploma pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, somam-se irregularidades e violações cotidianas, como extrapolação da jornada de trabalho legal (5 horas/dia), não pagamento de horas-extras convencionadas, pejotização dos contratos de trabalho e, mais recentemente, a escalada da violência contra os profissionais da mídia.

Toda esta conjuntura, já bastante dramática, está agravada pela crise política pela qual passa o Brasil. O processo de impeachment da presidenta Dilma, na verdade

um “golpe branco” em curso com o apoio do Legislativo e conivência do Judiciário, torna a situação ainda mais incerta. As medidas anunciadas pelo presidente interino, um dos mentores do golpe, aponta para reformas que suprimem direitos e criminalizam o movimento sindical e social. Se resistir é preciso, lutar se faz fundamental para impedir o avanço de um governo ilegítimo que prejudicará ainda mais os profissionais jornalistas e a classe trabalhadora no país.

Por isso, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os sindicatos da categoria no Brasil atuam diuturnamente no combate a todas as formas de precarização do Jornalismo e do trabalho dos jornalistas, bem como na garantia do livre exercício profissional, garantidor da democracia, liberdade de expressão e de imprensa.

Propostas:

1 - Exigir por parte do governo que a manutenção da desoneração da folha de pagamento das empresas de comunicação seja condicionada a uma contrapartida social no campo da manutenção do nível de emprego.

2 - Realização de uma ampla campanha de valorização da profissão, com material para mídias sociais, cartazes e reedição da cartilha de combate à precarização.

3 - Realização de seminário/encontro entre departamentos jurídicos da FENAJ e Sindicatos para troca de experiências e difusão de informações sobre ações de combate à precarização no campo jurídico.

4 – Implementar o GT criado pelo conselho de representantes para debater a questão da assessoria de imprensa e propor soluções que garantam o espaço do jornalismo no setor.

5 - Apresentar denúncia de práticas antissindiais à Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT).

6 - Apresentar queixas de práticas antissindiais e formas de trabalho não aceitáveis ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT.

7 - Realizar por meio das vice-regionais, encontros anuais com apoio dos sindicatos da região, para discussão, troca de experiências e estratégias de atuação no combate à precarização e promoção de acordos e convenções coletivas.

8 - Intensificar a campanha nacional, junto aos parlamentares e à sociedade, pela aprovação do Piso Nacional dos Jornalistas.

9 - Intensificar a luta pela aprovação da Lei Santiago Andrade (aposentadoria especial para repórteres fotográficos e cinematográficos).

10 - Intensificar a luta pela criação do Observatório Nacional da Violência contra Comunicadores no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incorporada ao Ministério da Justiça e Cidadania, com garantia de participação social.

11 - Desenvolver um plano de ação para intensificar a luta pela federalização das investigações dos crimes cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.

12 - Desenvolver campanha, junto à categoria, para divulgação da proposta de Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas.

13 - Cobrar a adoção, por parte das polícias, de um Protocolo de Atuação em manifestações públicas, com a garantia da não violência e da proteção ao trabalhador jornalista.

14 - Intensificar a luta com outras entidades sindicais para barrar a aprovação do PL 4330/, o projeto de lei da terceirização no país;

15 – Cobrar das empresas jornalísticas adoção de um Protocolo de Segurança, contendo prioritariamente as seguintes cláusulas, relativas à segurança dos jornalistas:

a) Criação, nos locais de trabalho, de Comissão de Segurança (compostas pelos jornalistas) para avaliação dos prováveis riscos de violência nas coberturas jornalísticas e definição de medidas mitigatórias destes riscos.

b) Garantia, em Convenção Coletiva ou Acordo, de seguro de vida especial para o jornalista, quando em viagem e/ou em trabalho caracterizado pelas Comissões de Segurança das redações como sendo de risco.

c) Fornecimento aos jornalistas de equipamentos de proteção individual de eficácia garantida por órgãos de certificação e também suporte operacional, de acordo com as orientações das Comissões de Segurança das redações.

d) Promoção de cursos de treinamentos para os jornalistas, a partir de demandas das Comissões de Segurança das redações.

16 - A FENAJ encaminhará às suas bases o debate sobre formação de uma confederação com entidades cutistas, com a sua participação. Há a perspectiva de uma Confederação das entidades do Ramo da Comunicação – como radialistas, gráficos, artistas, telefônicos, trabalhadores em processamento de dados, em editoras de livros. Mas também há a possibilidade de formação de uma confederação com profissionais liberais – como arquitetos e engenheiros. A direção da FENAJ se compromete a distribuir a seus sindicatos os documentos a respeito desse debate, cujo fórum de decisão deve ser num próximo congresso da FENAJ – regular ou extraordinário.

17 - - O Congresso da FENAJ decide impulsionar uma Campanha Nacional de Combate ao Assédio contra o Jornalista. Além de iniciativas práticas, como incentivar os sindicatos a abrirem canais de denúncia e de acolhimento às vítimas de assédio moral e sexual, também impulsiona um debate sobre os limites da atual legislação em relação ao assédio sexual (art. 216-A do Código Penal), na qual a definição do crime não garante proteção à vítima quando o assédio é cometido por colegas ou fontes jornalísticas, casos comuns no exercício da nossa profissão.

Observações

Tese aprovada por ampla maioria, a partir de um acordo de redação com os autores das **teses 20, 21, 22 e 23**. As supressões e adições propostas já estão incorporadas ao texto acima. Registrou-se uma abstenção.

Decidiu-se pela aprovação da **Tese nº 24** e seu encaminhamento ao Grupo de Trabalho Nacional de Assessoria de Imprensa da FENAJ.

A **Tese nº 25** foi retirada por seus autores.

Apresenta-se, a seguir, a **Tese nº 24**.

Tese nº 24

Tipo: **Aditiva**

Título: **Por uma negociação nacional em assessorias de comunicação**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Justificativa

Podemos dizer, sem medo de errar que, hoje, a assessoria de comunicação abrange cerca de 60% dos profissionais que atuam no mercado brasileiro. Nos últimos anos, as empresas entenderam a importância e a necessidade de contratar jornalistas assessores, para poderem ter um retorno e uma imagem melhor perante o seu público alvo e porque não, também na opinião pública. Da mesma forma, cresceu o mercado de trabalho de assessoria de imprensa no setor público e na área sindical.

O crescimento no mercado de empresas de assessorias, por um lado isso ampliou o nosso mercado profissional, com ele vieram também as mazelas do patronato: profissionais com cargas horárias desumanas, salários abaixo do piso, sem falar na precarização e na tercerização.

Também contamos com a falta de condições – físicas e humanas – de alguns sindicatos terem condições de levar adiante uma negociação salarial que atenda às necessidades deste segmento, que cada vez mais cresce. E isto acontece por várias circunstâncias: falta de dados sobre a atuação destes profissionais, falta de um levantamento de onde eles atuam e mesmo informações de faixas salariais. Poucos são os sindicatos que dominam este segmento.

Neste sentido cabe aos sindicatos e à FENAJ avançarem nesta negociação, começando a propor às entidades patronais na área uma negociação nacional, ou mesmo regional, na qual poderemos ter melhores condições com avanços nos acordos coletivos da categoria.

Propostas:

Adição no campo de propostas

- Lutar por uma negociação nacional de Assessoria de Comunicação, com uma pauta que leve em consideração as diferenças regionais;
- Elaborar uma ação na esfera judicial que obrigue as empresas a reconhecer a função jornalística de seus funcionários;
- Procurar os órgãos competentes para estabelecer um CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica) específico para as agências de Assessoria de Comunicação;
- Fazer um levantamento das assessorias de imprensa no Serviço Público (seja por concurso, ou com contratação CLT) e debater formas de representar efetivamente esta base.

Tese nº 26

Tipo: **Correlata (Avulsa de Sindicato)**

Título: **Contribuições à formulação de políticas contra as demissões e a precarização das relações de trabalho dos jornalistas**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

Justificativa

2015 foi marcado pelo fechamento de diversos veículos de comunicação no Brasil e pela forte migração da mídia impressa para o on-line. As redações passaram por grave enxugamento e mais de 1.400 profissionais de comunicação foram demitidos ao longo do ano. Esse número é resultado de levantamento realizado pelo portal Comunique-se. Segundo outra pesquisa, do Volt Data Lab, foram demitidos, em 2012, 119 jornalistas, e em 2015, 684 profissionais. De acordo com este levantamento, a Editora Abril foi a empresa de mídia que mais fez cortes nos últimos três anos, mas ela não está sozinha nessa onda de demissões. O número de homologações registradas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro confirma esta situação drástica: foram homologadas 374 demissões em 2014; 530 em 2015; e 123 de janeiro a abril de 2016.

Esses números reforçam a tese de que o modelo de negócio das empresas de comunicação está em crise em nosso país, porém uma análise abrangente desse

quadro requer levantamento preciso. Os sindicatos de jornalistas, a partir da homologação das demissões, podem contribuir para o desenho de um quadro nacional do nosso mercado de trabalho.

Com base nesses números, a Federação Nacional dos Jornalistas conseguirá, em conjunto com os sindicatos filiados, fazer uma análise mais apurada da situação, visando políticas que possibilitem à categoria enfrentar o fechamento dos postos de trabalho, bem como o acirramento das relações de trabalho, cada vez mais precarizadas. Por outro lado, os sindicatos também poderão traçar um quadro dos projetos que vêm sendo implementados em função das demissões: cooperativas, coletivos que buscam promover a atualização profissional e a reinvenção do fazer jornalístico em alternativa ao mercado das grandes redações, entre outros.

A FENAJ já realiza o levantamento anual da violência sofrida pelos jornalistas brasileiros e dispõe de expertise para promover o levantamento proposto. Assim como o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil vem oferecendo subsídios às políticas que a categoria vem formulando sobre o tema, um relatório sobre as demissões poderá fornecer indicadores para a formulação de políticas de emprego e trabalho para os jornalistas brasileiros.

Propostas:

1. Os sindicatos devem enviar à FENAJ o relatório com o registro das homologações das demissões dos últimos cinco anos, e a partir daí mensalmente.
2. Que, a partir dos dados enviados pelos sindicatos, a FENAJ proponha os encaminhamentos necessários.

A **Tese nº 26** foi aprovada (com uma abstenção) a partir de um acordo de redação já incorporado ao texto acima. Tal tese será encaminhada ao Grupo de Trabalho Nacional de Negociação Salarial dos Jornalistas para a elaboração de um plano de ação.

TESES AVULSAS

Posteriormente aos debates e deliberações relativos às Teses Guias e àquelas a elas relacionadas, passou-se ao debate e deliberações sobre teses avulsas. Adota-se, a seguir, a mesma metodologia de apresentação das teses aprovadas, com as respectivas observações sempre que necessárias.

Tese nº 27

Tipo: **Correlata (avulsa de Sindicato)**

Título: **Enfrentar a desigualdade de gênero e raça nos locais de trabalho**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

Justificativa

Pensar a situação das jornalistas mulheres e definir ações para combater as desigualdades de gênero, de raça, os assédios moral e sexual como fruto do machismo em nossa categoria deve ser encarada pela FENAJ e sindicatos de base como tarefa necessária e urgente. A profissão de jornalista está se tornando, cada vez mais, uma profissão feminina, com novas profissionais entrando todos os dias no mercado de trabalho, tanto nas redações tradicionais, como nas assessorias de imprensa. No entanto, vários problemas, inerentes a uma sociedade capitalista e patriarcal, seguem colocando as mulheres, em especial as mulheres negras, em condições desfavoráveis em relação aos seus colegas homens. Assédios moral e sexual, baixos salários, cargos subalternos e casos de machismo em coberturas são alguns dos vários problemas relatados constantemente por jornalistas mulheres. Uma situação crítica, que atinge o conjunto da classe trabalhadora e que na nossa categoria não é diferente.

Levantamento feito pelo Sindicato dos Jornalistas do DF, para marcar a celebração do 8 de março – Dia Internacional das Mulheres – deste ano, denominado como "Desigualdade de Gênero no Jornalismo" aponta como anda o respeito aos direitos das mulheres dentro das redações e assessorias de imprensa, além de apontar a incidência de casos de assédios moral e sexual, machismo, racismo e preconceito nos

locais de trabalho. A pesquisa contou com a participação de 535 mulheres de vários estados do país e foi feita entre os meses de março e maio, por meio de questionário disponível na internet. A maior incidência de respostas foi de profissionais de São Paulo e do Distrito Federal, totalizando nestas duas regiões mais de 300 mulheres.

Sobre a função das mulheres que responderam ao levantamento, boa parte das profissionais se designaram como redatoras ou simplesmente jornalistas, mais de 200. Cerca de 80 mulheres exercem cargos de chefia e mais de 100 trabalham em assessorias de imprensa. Estados que participaram: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

As estatísticas de casos de assédio moral e machismo são preocupantes. Das 535, 417 (77,9%) disseram ter sofrido algum tipo de assédio moral por parte de colegas ou de chefes diretos. Um número maior ainda, 78,5%, foi registrado quando as mulheres responderam se já enfrentaram algum tipo de atitude machista durante entrevistas. Mais de 70% delas disseram que já deixaram de ser designada para uma pauta pelo fato de ser mulher.

A desigualdade no tratamento entre homens e mulheres jornalistas também foi demonstrada nas respostas do levantamento. A pesquisa aponta que 61,5% das jornalistas já vivenciaram situações em que, apesar de exercerem a mesma função do seu colega de trabalho, receberam menos do que ele. Os dados vão ao encontro das estatísticas reveladas na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, promovida pela FENAJ, segundo as quais as mulheres são a maioria nas redações (64%), mas ainda recebem salários menores que os seus colegas e não ascendem aos postos de comando.

Racismo

A pesquisa também revela a falta de representação das mulheres negras dentro da profissão. Quando perguntadas se acreditavam que essas jornalistas têm menos oportunidades, 86,4% das profissionais responderam afirmativamente.

Não é de hoje que as questões de gênero e raça são discutidas no meio da comunicação. Os dados da pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros já comprovaram

que a maioria das jornalistas brasileiras são brancas, solteiras e com até 30 anos de idade. Este mesmo levantamento também revela que somente 23% dos jornalistas brasileiros são negros.

Assédio sexual

Uma segunda pesquisa voltada para as mulheres jornalistas também está sendo realizada pelo SJPDF, dessa vez com o tema “Assédio Sexual no Jornalismo”. O levantamento tem o objetivo de quantificar o número de assédios nas redações e assessorias de imprensa. A outra meta da entidade é dar visibilidade para os casos, com a intenção de incentivar as jornalistas a denunciarem esse tipo de prática.

A nova pesquisa da entidade começou num momento em que diversas jornalistas do país se mobilizaram contra o assédio sexual dentro dos locais de trabalho. O caso da jornalista do IG demitida após o assédio do cantor Biel durante entrevista coletiva indignou as mulheres jornalistas e surtiu efeito nas redes sociais.

Na pesquisa, as jornalistas respondem se já sofreram assédio sexual no seu ambiente de trabalho e por quem foi realizado o assédio. A pesquisa também quer saber se as jornalistas sofreram esse tipo de prática enquanto estavam desenvolvendo suas funções fora do local de trabalho. O levantamento abre espaço para as mulheres relatarem seus casos e dizerem se denunciaram o assédio. As jornalistas podem ou não se identificar e, no caso de identificação, poderão dizer se querem tornar públicos seus relatos.

Comissão de Mulheres

Também como parte das celebrações do 8 de Março deste ano, o Sindicato dos Jornalistas do DF criou o seu Coletivo de Mulheres Jornalistas. O grupo tem o objetivo de discutir questões de gênero e relações de trabalho, debater e lutar por melhor posicionamento da mulher na sociedade e, em específico, no mercado de jornalismo, inserir um olhar de gênero nos programas, ações e atividades sindicais e estimular a participação das jornalistas na entidade sindical.

Os dados da pesquisa feita pelo SJPDF revelam que ainda precisamos avançar muito no que se refere aos direitos das jornalistas, que, como em outras categorias de trabalhadores, ainda sofrem com a desigualdade em relação aos colegas homens.

Além da disparidade salarial, enfrentamos, ainda, os assédios moral e sexual, ambos fruto da cultura machista da sociedade patriarcal. Sem falar no racismo, que é um agravante para as trabalhadoras negras. Por isso, propomos que a FENAJ assuma as seguintes tarefas:

Propostas:

- Coordenar, juntamente a seus sindicatos de base, uma campanha nacional contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres, de combate aos assédio moral e sexual e o machismo nas redações e assessorias de imprensa.
- Realizar, nos 8 de Março dos próximos anos, semana nacional de luta contra o machismo e a desigualdade de gênero no jornalismo.
- Implementar a Comissão Nacional de Mulheres, com representações dos sindicatos de base, objetivando debater a situação das mulheres jornalistas e definir ações que combatem a opressão de gênero.
- Realizar, a partir da Comissão Nacional, encontro periódicos de jornalistas mulheres para discutir a nossa realidade na profissão.
- Cobrar para que agentes públicos, como policias civis e federais e Ministério Público, façam cursos de capacitação e tenham preparo para investigar crimes cibernéticos de cunho racista contra jornalistas;
- Fortalecimento da Comissão Nacional das Cojiras, com realização de encontros periódicos;
- Incentivo à instalação de novas Cojiras, nos estados onde elas ainda não foram criadas;
- Retomar a agenda de cursos de gênero e raça promovido pela ONU Mulheres;
- Promover parcerias com as universidades para a inclusão de disciplinas que abordem a perspectiva de gênero e raça nos cursos de jornalismo;
- Articular com a FIJ troca de experiências de debates e estudos sobre gênero e raça no jornalismo.

Observação

Após acordo de redação já incorporado ao texto acima, aprovou-se por unanimidade o encaminhamento da **Tese nº 27** à Comissão Nacional de Mulheres Jornalistas (**a ser criada**).

Tese nº 28

Tipo: **Correlata (Avulsa)**

Título: **Combater a opressão de gênero da sala de aula à redação**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro

Justificativa

O Jornalismo está se tornando, cada vez mais, uma profissão feminina, com novas profissionais entrando todos os dias no mercado de trabalho, tanto nas redações tradicionais, como nas assessorias de imprensa e mídias alternativas. Nos cursos de Jornalismo essa maioria feminina aumenta a cada nova turma, ultrapassando 70% em alguns casos.

No entanto, vários problemas, inerentes a uma sociedade capitalista e patriarcal, seguem

colocando as mulheres em condições desfavoráveis em relação aos seus colegas homens. Assédios moral e sexual, baixos salários, cargos subalternos e casos de machismo em coberturas são alguns dos vários problemas relatados constantemente por jornalistas mulheres. Uma situação crítica, que atinge o conjunto da classe trabalhadora e que na nossa categoria não é diferente.

Segundo dados revelados na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, promovida pela FENAJ, as mulheres são a maioria nas redações (64%) mas ainda recebem salários menores que os seus colegas e não ascendem aos postos de comando.

A omissão diante dessa opressão de gênero e cultura machista começa nos bancos universitários, já que a maioria dos cursos não promove debates sobre a questão com professores e estudantes e muito menos inclui a temática nas disciplinas

e atividades acadêmicas regulares. As poucas iniciativas, com raras exceções, partem das entidades estudantis.

Pensar a situação das jornalistas mulheres e definir ações para combater as desigualdades de gênero, de raça, os assédios moral e sexual como fruto do machismo em nossa categoria deve ser encarada pela FENAJ e sindicatos de jornalistas como tarefa necessária e urgente, buscando envolver o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS) e outros movimentos estudantis e de mulheres.

Propostas:

- Coordenar, junto com os sindicatos de jornalistas, uma campanha nacional contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres, de combate aos assédio moral e sexual e o machismo nas redações, assessorias de imprensa e outras mídias.

- Articular, junto ao FNPJ, a ENECOS e demais movimentos estudantis e de mulheres, uma campanha de promoção da igualdade de gênero nos cursos de Jornalismo de todo o país, com a realização de debates e inclusão da temática nas disciplinas e atividades acadêmicas regulares.

- Realizar, no Dia Internacional da Mulher dos próximos anos, mobilização nacional de luta contra o machismo e a desigualdade de gênero no jornalismo.

- Criar o Coletivo Nacional de Jornalistas Mulheres, com representações dos sindicatos de jornalistas, objetivando debater a situação das mulheres jornalistas e definir ações que combatam a opressão de gênero.

- Realizar, a partir da criação do Coletivo Nacional, encontro periódicos de jornalistas mulheres, com a participação de representações das estudantes de Jornalismo, para discutir a realidade feminina na profissão e nos cursos.

Observação

Aprovou-se o encaminhamento desta tese à Comissão Nacional de Mulheres Jornalistas (**a ser criada**), para elaboração de um Plano de ação.

Tese nº 29

Tipo: **Correlata (Avulsa)**

Título: **Os jornalistas em assessoria de imprensa**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

Justificativa

O jornalista em assessoria de imprensa hoje representa parcela significativa da nossa categoria. Ao contrário do que os patrões costumam dizer, o nosso papel não é ser mais uma ferramenta de propaganda institucional dos nossos patrões. Precisamos defender, sim, o caráter de interesse público da nossa atividade. É nosso dever reivindicar as condições para o nosso exercício profissional como instrumento da transparência institucional, como princípio básico e dever de toda e qualquer organização, seja do campo público ou do privado.

Importante considerar, ainda, o cenário de crise do setor da comunicação, que tem levado grandes empresas a reduzir postos de trabalho, demitindo jornalistas em larga escala e colocando a conta da crise e das opções equivocados nas costas do trabalhador. Os últimos quatro anos foram marcados por um cenário de total instabilidade para os jornalistas que atuam nas grandes e médias redações, sob o argumento dos patrões da necessidade de corte de gastos e de enxugamento da folha de pagamento.

Essa realidade tem consequências diretas no ramo das assessorias de imprensa. Novos e antigos profissionais, alguns por opção, mas outros por falta de espaço no mercado de trabalho, cada vez mais têm buscado exercer a atividade jornalística fora das redações tradicionais. Nesse sentido, as assessorias de imprensa têm se fortalecido como uma oportunidade para jornalistas se manterem no mercado de trabalho. São empresas, órgãos públicos, entidades do terceiro setor e parlamentares que buscam o apoio especializado para produção de conteúdo para seus públicos.

Ao mesmo tempo que oferece oportunidades à nossa categoria, o setor de assessoria é responsável por forte precarização do trabalho de jornalistas. Os nossos direitos nesse segmento e mesmo as condições básicas para o exercício ético da nossa

profissão têm sido cada vez mais aviltados. A depreciação salarial, a precarização das relações trabalhistas, por meio de fraudes como a contratação de falsas Pessoas Jurídicas ou sócios cotistas, o desrespeito à jornada legal de cinco horas e a recusa em aceitar um piso para esse segmento são apenas alguns dos graves problemas que precisam ser enfrentados em nível nacional. Não bastasse tudo isso, a FENAJ tem se recusado a admitir a realidade de demissões em escala progressiva também nesse segmento.

Tal como ocorre em relação ao oligopólio da mídia, também há alta concentração de poder nesse segmento em mãos de meia dúzia de grandes agências de comunicação que, por meio do sindicato patronal do setor, tem se recusado até mesmo a reconhecer a atuação dos jornalistas em assessoria de imprensa e tem se negado, inclusive, às negociações diretas com os sindicatos da categoria, numa tentativa, em especial, de se livrar da obrigação de respeitar a nossa legislação específica de jornada reduzida.

Atento a essa difícil realidade, o Sindicato dos Jornalistas do DF lançou, em 2014, a campanha “Assessor de Imprensa é Jornalista”, com o objetivo de conscientizar os colegas sobre os seus direitos e também pressionar os patrões a cumprir corretamente a legislação da categoria. Com essa iniciativa, o SJPDF vem se destacando, em nível nacional, na luta contra as fraudes trabalhistas e a forte precarização no ramo de assessoria de imprensa. Ao longo desses anos, várias denúncias chegaram ao sindicato, que procurou atuar efetivamente para resolver os problemas. Com a primeira etapa debatendo o problema da jornada de trabalho, passando pela segunda etapa, que tratou das formas de contratação, a campanha está agora em sua terceira etapa, abordando o tema do acúmulo de função. Esperamos, com isso, nos aproximar cada vez mais dos colegas que precisam de orientação sobre seus direitos e trazê-los para a nossa luta cotidiana por melhores condições de vida e de trabalho.

Com todo esse diagnóstico dito acima, mais do que nunca, faz-se essencial que a FENAJ assuma o forte compromisso de atuar, no âmbito nacional, na defesa dos nossos direitos, como melhores salários e condições dignas de jornada e de trabalho, e também de garantias para o cumprimento de nosso papel social nesse setor, por meio, principalmente, da organização e mobilização da nossa categoria. Defendemos ainda o

fortalecimento do nosso Código de Ética Profissional como parâmetro de conduta dos jornalistas em assessoria de imprensa.

Propostas:

Defendemos, para os jornalistas em assessoria de imprensa, as seguintes propostas:

- A FENAJ deve coordenar uma campanha nacional, juntamente a todos os sindicatos, para o fechamento de convenção coletiva para os assessores de imprensa com o Sinco e outras entidades patronais, que respeite os direitos já conquistados, como a jornada de 5 horas, e avance em outros;

- Construir um diálogo político com centrais sindicais, OnGs e conselhos de regulamentação profissional para garantir os direitos dos jornalistas que trabalham em entidades sindicais e do terceiro setor;

- Atuar contra a precarização dos contratos de trabalho pelas empresas de assessoria, impedindo fraudes como “pejotização”, terceirização e a modalidade sócio-cotista;

- Lutar contra o acúmulo de funções do jornalista assessor de imprensa, promovendo uma Semana Nacional de Luta dos assessores de imprensa, coordenada pela FENAJ, visando o combate à precarização;

- A FENAJ deve articular uma campanha pela atualização da regulamentação profissional, definindo as funções do trabalho em assessoria de imprensa, garantindo os direitos dos jornalistas que desenvolvem as atividades neste campo e estabelecendo as funções de assessor de imprensa como explicitamente de jornalista;

- Atuar na defesa de garantias para o exercício profissional do jornalismo em assessoria de imprensa como instrumento de transparência das organizações, voltado para o interesse público, e não de propaganda ou de relações públicas;

 - Lutar contra as demissões nas assessorias de imprensa;

 - Denunciar, de forma mais efetiva e ampla, a violação dos nossos direitos, em especial da jornada de cinco horas em assessoria de imprensa;

 - Exigir o respeito das empresas de assessoria de imprensa ao Código de Ética dos Jornalistas Profissionais;

- Denunciar e enfrentar ao oligopólio das assessorias de imprensa e sua ofensiva, por meio do sindicato patronal nacional desse setor, contra a nossa categoria, pois essas empresas têm se negado a negociar com os sindicatos dos jornalistas ou mesmo a reconhecer que empregam jornalistas como assessores de imprensa;
 - Garantir o funcionamento efetivo do GT de Assessoria de Imprensa criado recentemente na FENAJ;
 - Atualizar a pesquisa realizada em 2012 sobre a realidade do jornalismo em assessoria de imprensa no país.
- Que a FENAJ e os sindicatos cobrem que os contratos de licitação respeitem os direitos garantidos na legislação e nas convenções coletivas.

Observação

Aprovou-se o encaminhamento desta tese ao Grupo de Trabalho Nacional em Assessoria de Imprensa.

Tese nº 30

Tipo: **(Correlata (Avulsa de Sindicato))**

Título: **Jornalismo no serviço Público**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

Justificativa

O exercício do jornalismo no serviço público não é muito mais fácil que nas empresas/veículos de comunicação regidos pelas leis trabalhistas de mercado, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A única diferença é que no serviço público há estabilidade no emprego – algo inexistente no mercado, mesmo para os chamados figurões do jornalismo, pois nas crises e passarálhos qualquer um pode ser demitido.

Em muitos casos os jornalistas que atuam como assessores de imprensa em órgãos governamentais, no serviço público, passam pelas mesmas dificuldades que a maioria dos profissionais de comunicação que trabalham na imprensa comercial. Os assessores muitas vezes têm chefias desqualificadas; falta reconhecimento ao profissional; sofrem assédio moral; excesso de atividades; desrespeito à jornada de

trabalho; acúmulo de funções; desvirtuamento do trabalho em detrimento do personalismo dos assessorados; disputas por parte de colegas de trabalho, entre outras dificuldades.

Estas falhas propositais promovidas pelas chefias das assessorias de imprensa causam ainda prejuízos incalculáveis para o cidadão que passa a receber informações direcionadas a valorizar lideranças políticas, em vez de conteúdos com foco em serviço público. Os comunicados equivocados apresentam o “fulano de tal” como realizador de algo, em vez de se informar que determinado serviço público está à disposição da população em certa localidade e horário. Em resumo, em boa parte das assessorias de imprensa governamentais não se faz comunicação pública de interesse do cidadão, mas sim promoção de ações de determinadas pessoas/lideranças.

Esse desvirtuamento na função e papel das assessorias de imprensa é um tema central, interessando tanto ao cidadão que precisa ter acesso às informações de serviço público, quando aos profissionais jornalistas que trabalham em tais setores de divulgação governamentais.

Mas o interesse do público, mesmo que este não saiba, tem que ser prioridade nas comunicações dos veículos comerciais e das assessorias de imprensa dos órgãos governamentais. Por conta disso, os jornalistas do Distrito Federal defendem os seguintes aspectos para o jornalismo no serviço público:

Propostas:

- FENAJ e sindicatos devem orientar jornalistas servidores públicos a observar o interesse público na produção de conteúdo jornalístico.;
- FENAJ e sindicatos devem buscar a valorização da qualificação dos jornalistas nos planos de carreira e de cargos;
- Lutar pela regulamentação da jornada de 5 horas\dia em todas as esferas e instâncias de poder, a exemplo do que acontece no Executivo, por meio do Ministério do Planejamento;
- Combate ao assédio moral e sexual, além do acúmulo de funções, junto com outras entidades de trabalhadores do serviço público;

- Campanha de qualificação profissional continuada aos jornalistas do serviço público;
- Defender carreiras de jornalistas no Executivo, Legislativo e Judiciário federal, estaduais e municipais;
- Lutar pela realização de concurso para jornalista em todas as esferas e instâncias de poder.

Observação

Após acordo de redação já incorporado ao texto acima, aprovou-se o encaminhamento desta tese ao Grupo de Trabalho Nacional em Assessoria de Imprensa.

Tese nº 31

Tipo: **Correlata (Avulsa do Sindicato)**

Título: **Demissões e Estabilidade**

Proponente: Sindicato do Sindicato dos Jornalistas do DF

Justificativa

1 A taxa de desemprego no Brasil deve continuar crescendo nos próximos dois anos e o 2 que prevê a Organização Internacional do Trabalho (OIT) . No ano passado, o índice de desemprego no Brasil foi acima da média esperada pelo governo. A situação deve se manter acima da média mundial e também dos índices médios na América Latina e Caribe e dos países do G20, grupo que reúne as principais economias do planeta, entre elas o Brasil.

Hoje as demissões no setor da comunicação dos principais empregadores do setor de mídia e jornalismo nos planos nacional e regional têm realizado demissões em massa nos últimos anos. Os Sindicatos dos Jornalistas de todo os Estados e do Distrito Federal tem acompanhado os cortes em grande escala registrado nas empresas que vem argumentando que as demissões de hoje estão diretamente relacionadas a grave crise financeira das empresas.

Devemos lutar por alternativas que possam reverter esse cenário de instabilidade, de retirada de direitos e de cortes nos postos de trabalho. Diante da crise a lógica dos patrões continua sendo a mesma produzir mais, com equipes cada vez menores. E quem sofre com esse cenário somos nós, jornalistas que enfrentamos, cada vez mais, sobrecarga de trabalho, jornadas extenuantes e acúmulo de função.

Propostas:

1. A CUT deve incluir na agenda de luta a retomada, pela adesão do Brasil às Convenções 158 e 152 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

2. Recomenda, a FENAJ leve e cobre da CUT a inclusão na sua agenda a luta por um projeto de lei traga uma cláusula de estabilidade no momento de crise econômica. Como multa que os patrões devem pagar em casos de demissões imotivadas, como forma de coibir essa prática.

3. Intensificar a luta contra as demissões, por meio de demonstrações públicas diante das empresas que demitem, boicotes, paralisações, representações ao MPT, ações judiciais de reintegração e outras medidas que criem repercussão negativa (e eventualmente perdas financeiras) para esses empregadores.

4. A FENAJ deve coordenar uma campanha nacional de junto com os Sindicatos para tentar barrar a reforma trabalhista como um todo, além de todos os projetos que visem a retirada de direitos trabalhistas e os projetos de terceirização do setor no Congresso Nacional. A proposta do governo hoje fortalece mais ainda a precarização da comunicação como um toda.

5. A FENAJ, deve articular uma coordenação cobrar de todos os sindicatos um a apresentação de suas principais dificuldades para enfrentar as demissões (assédio moral, precarização, jornadas exaustivas), estimulando-os a divulgar listas que relacionem as empregadoras e o número de cortes de jornalistas praticados por elas.

6. FENAJ deve criar comissão composta por um membro da executiva da FENAJ, pelo Departamento de Mobilização/ação sindical da Federação e Sindicatos com objetivo de construir uma pauta unificada, “Projeto de unificação de data-base” que sirva de referência para os sindicatos terem como base para suas negociações

7. A FENAJ deve encomendar ao Dieese, ou a órgão similar, o quanto antes, uma pesquisa sobre as demissões na categoria nos últimos dez anos, de modo a levantar dados, como o índice de rotatividade e outros, que permitam ao movimento sindical melhor entendimento dessa prática patronal altamente nociva, o que permitirá a criação do "Demissômetro".

8. Recomenda-se ainda à FENAJ, que uma atenção especial deve merecer a situação no interior dos Estados, onde há menor cobertura da organização sindical, dificuldade de registrar o número de demissões e uma política patronal agressiva no que se refere à coerção dos trabalhadores jornalistas e à política de cortes.

Observação

Após acordo de redação, aprovou-se o encaminhamento desta tese ao Grupo de Trabalho Nacional de Negociação Salarial dos Jornalistas para a elaboração de um plano de ação, com 3 votos contrários.

Tese nº 32

Tipo: **Correlata (avulsa de Sindicato)**

Título: **É hora de reagir contra a LGBTfobia**

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

Justificativa

O jornalismo, entre outras funções, se propõe a apresentar diversos aspectos da complexa sociedade contemporânea, e assim contribuir com um entendimento mais geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais. Por isso, os profissionais necessitam perceber e compreender a realidade diversa, com discernimento e independência crítica. Só assim é possível garantir a consciência da importância social, política e cultural do seu trabalho. E os assuntos referentes à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais estão pautados neste tecido social).

Nos últimos anos a comunidade conquistou visibilidade da mídia, muito mais pelas denúncias de ameaças, torturas e assassinatos de gays do que propriamente

pelas lutas em defesa de direitos e cidadania LGBT, ainda pontuais na mídia corporativa. Tais conquistas e manifestações do movimento ainda são pautas polêmicas para a sociedade.

Se, por um lado, as redes sociais têm potencializado a luta da comunidade LGBT, por outro, ainda estão recheadas de páginas que incitam a violência e o preconceito criminosos. A ofensiva aos homossexuais é crescente num Brasil em que o governo defende a governabilidade nos gabinetes dos fundamentalistas religiosos, para quem os homossexuais carecem de cura, são uma aberração e não podem conviver com os “cidadãos de bem”.

Em 2014, 326 pessoas morreram no Brasil em razão da LGBTfobia, o que significa um assassinato a cada 27 horas. Os dados fazem parte do Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil, divulgado em fevereiro de 2015 pelo GGB (Grupo Gay da Bahia). Que ainda não divulgou os dados referentes ao ano de 2015.

O combate à LGBTfobia e a luta em defesa da cidadania LGBT são bandeiras que todos devemos empunhar. Portanto, uma Federação de trabalhadores jornalistas jamais poderia estar apartada dessa luta. É preciso lutar para garantir a centralidade da pauta, lutar para garantir que a informação levada à sociedade não seja repleta de preconceitos, escrachos, piadas e humilhações, e precisamos também denunciar e combater as empresas de comunicação que discriminam os colegas por causa da sua orientação sexual.

O papel do jornalista no combate à LGBTfobia

Acreditamos que o jornalista encarregado de produzir esse material precisa estar atento para a construção dessa informação e as empresas de comunicação devem tratar LGBTs com o devido respeito, garantindo uma cobertura comprometida com a ética e a verdade.

Ainda é comum deparar-se com a utilização de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigma e discriminação, aponta a Associação Brasileira de LGBT. Diante disso, a entidade produziu um manual de comunicação para ajudar o jornalista na produção de seus materiais. São direcionamentos que

contribuem para combater o enfoque preconceituoso em situações adversas que envolvem a comunidade LGBTT.

Você sabia que é mais coerente a utilização do artigo definido “A” para referir-se às travestis e não “O”, como estampam muitos jornais em Belém? E que não se usa “homossexualismo” e sim homossexualidade”, já que em 1990 a Organização Mundial da Saúde retirou a orientação sexual homossexual da Classificação Internacional de Doenças? Estas são adaptações que podem até parecer secundárias diante da produção jornalística, mas para uma comunidade que convive diariamente com o desrespeito e a discriminação pode representar um dos caminhos para mudar o pensamento da sociedade.

A luta pela garantia de direitos humanos deve sempre nortear o exercício profissional do jornalista. A FENAJ deve levantar este debate com a categoria e construir uma política de respeito por meio de atividades que proporcionem a melhor compreensão desses assuntos. Comprometimento com as causas sociais no exercício da função é o que querem os que defendem a mudança!

“Segura tua onda no vídeo! Não desmunheca!”

Além do debate sobre a forma como a mídia retrata os LGBTs, é necessário que a entidade representativa da categoria discuta também a forma como os jornalistas LGBTs são tratados nos ambientes de trabalho a partir da “saída do armário”. LGBTfobia e assédio, tanto moral quanto sexual, devem ser repudiados e alvos de ações enérgicas. Para além de aprender a conviver com a diversidade, sem preconceitos e julgamentos discriminatórios, é preciso desejá-la, promovê-la, respeitá-la. E nós levantamos com orgulho essa bandeira!

Exigir que um profissional mantenha sua afetividade em sigilo é um desrespeito, quem decide isso é o próprio jornalista. Uma FENAJ combativa precisa estar apta a acolher este tipo de denúncia e combater essa postura homofóbica.

Devo sair do armário no meu ambiente de trabalho?

Quando um jornalista homossexual compreende que sua condição não precisa ser ocultada, ele ou ela precisa saber que encontrará suporte necessário da FENAJ em

casos de desrespeito, assédio moral ou sexual, e LGBTfobia, tanto institucional como de seus próprios colegas.

Assumir publicamente a homossexualidade é uma decisão que só cabe ao jornalista.

Diferentemente das mulheres e dos negros, que também sofrem discriminação, os homossexuais não têm um traço físico geral que determina se eles fazem parte de um grupo. Daí o dilema de revelar ou não a orientação sexual. Quando as “portas do armário” se abrem e o jornalista recebe sanções pela LGBTfobia internalizada, o sindicato precisa dar todo o apoio e ser um ponto de referência na luta por direitos.

Propostas:

- Que a FENAJ e seus sindicatos de base fomentem o debate sobre o assunto, visando à defesa dxs jornalistas LGBTs e o respeito aos seus direitos, criando núcleos nos Estados para tratar dessa temática;

- Que a FENAJ e seus sindicatos de base, na semana do Dia Internacional do Orgulho LGBT, organizem atividades sobre o tema, dialogando com as e os jornalistas LGBTs;

- Que a FENAJ coordene, junto a seus sindicatos de base, campanhas de combate à LGBTfobia nos locais de trabalho.

Observação

Tese aprovada por unanimidade.

Por fim, a **Tese nº 33** foi rejeitada por 36 votos contra 25, registrando-se, ainda, 3 abstenções. E a **Tese nº 34** foi rejeitada por ampla maioria, registrando-se 6 abstenções.

Registra-se, também, que foram aprovadas por ampla maioria (com 3 votos contrários e uma abstenção) as **Recomendações à FENAJ**, elaboradas pela Comissão de Sistematização do 37º CNJ e a **Carta de Goiânia**, manifestação política que sintetiza as deliberações deste Congresso. Ambos os documentos vão reproduzidos em sua íntegra ao final desta ata.

O 37º Congresso Nacional dos Jornalistas teve sua programação encerrada com a solenidade e festa de posse da nova Diretoria da FENAJ, presidida pela jornalista Maria José Braga, e da nova Comissão Nacional de Ética.

Goiânia (GO), 27 de agosto de 2016.

Mesa Diretora

Luiz Spada – presidente

Ayoub Hanna Ayoub - vice-presidente

Márcia Quintanilha - secretário-geral

Valdice Gomes da Silva - 1ª secretária de ata

Aderbal João da Rosa Filho - 2º secretário de ata

Recomendações à FENAJ

A Comissão de Sistematização entendeu que as contribuições do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso não se constituem como teses, por não terem justificativas nem propostas efetivas, além de não terem sido apresentadas no formato exigido pela organização do 37º Congresso Nacional dos Jornalistas.

A Comissão de Sistematização, portanto, não acatou as referidas contribuições como teses/emendas a serem debatidas no Congresso e as encaminha à FENAJ como recomendações/sugestões.

Título: Acúmulo de Função

Diante do evidente cenário de precarização do trabalho, os jornalistas sofrem cada vez mais com o acúmulo de função, tendo de exercer atividades diversas ligadas à comunicação. Devido à resistência do patronato, é praticamente impossível inserir nos Acordos Coletivos Anuais alguma cláusula que proteja o jornalista dessa prática. O Sindjor/MT sugere que a FENAJ encontre alguma ferramenta para regulamentar a

questão, fortalecendo a proteção ao trabalhador da imprensa nesse sentido, de maneira que o patronato tenha de aceitar e se submeter à inclusão desse ponto nas negociações, ou algo similar.

Título: Trabalhos Reproduzidos

A prática de reprodução de notícias visando lucro às empresas de comunicação, sem a devida remuneração do autor, é cada vez mais comum. Dessa forma, enquanto os sites recebem cliques e ampliam suas possibilidades de arrecadação, o jornalista acaba exercendo a função de dois ou mais, sem receber o suficiente por isso. Além disso, essa situação demonstra a total falta de atenção à legislação referente aos direitos autorais. O Sindjor/MT sugere que a FENAJ encontre alguma ferramenta para regulamentar a questão, fortalecendo a proteção ao trabalhador da imprensa nesse sentido.

Título: Campanha salarial

As campanhas salariais regionais estariam mais fortalecidas com a presença da FENAJ. É preciso que a Federação estabeleça mecanismos para se aproximar dos Sindicatos nesse momento, exercendo maior pressão ao patronato. Além disso, é preciso aumentar o valor reivindicado para piso salarial da categoria, substituindo ou incluindo novo artigo na legislação referente ao piso nacional da categoria, incluindo, além de um valor de ao menos R\$ 5.280,00 (estimado com relação ao valor do salário mínimo), a previsão de reajustes anuais de acordo com o INPC.

Título: Autonomia Sindical

Na defesa pura e exclusivamente dos interesses dos Trabalhadores, a FENAJ deve encontrar alternativas para manter-se autônoma com relação a partidos políticos.

Título: Segurança dos Jornalistas

Diante dos diversos casos de violência contra jornalistas no Brasil e no mundo, os jornalistas filiados ao Sindjor/MT identificam a necessidade da FENAJ estruturar uma normativa visando a Segurança dos profissionais de imprensa, identificando

equipamentos de proteção necessários para cada situação, dentre outros cuidados necessários.

Título: Diploma para Jornalistas

A não exigência de formação específica para jornalistas não é, de fato, garantia de qualidade do trabalho jornalístico. No entanto, os jornalistas filiados ao Sindjor/MT avaliam que essa determinação afetou, como um golpe, a organização e valorização da categoria em Mato Grosso. Solicitamos, assim, que a FENAJ intensifique as campanhas em defesa da formação específica para o exercício do Jornalismo.

Título: Estágio para estudantes de jornalismo

Além da precarização do trabalho provocada pelo aprofundamento das políticas neoliberais a todos os trabalhadores, e aos jornalistas, em especial, pela não exigência de formação específica e demais ações que banalizam a comunicação, o estágio aparece como uma alternativa empresarial para explorar mão de obra barata. A Lei do Estágio não atende às especificidades da categoria, e acaba confundindo escolas, empresas e sindicatos. Assim, o Sindjor/MT sugere que a FENAJ encontre alternativas para estabelecer normas respeitáveis que atendam às necessidades da profissão, determinando claramente as competências do estagiário, bem como a carga horária máxima de 4h diárias.

Título: Campanha em defesa das 5h diárias

No estado de Mato Grosso, a carga horária de 5 horas diárias para jornalistas não é respeitada. O Sindjor/MT solicita que a FENAJ realize uma grande campanha de conscientização da categoria com relação a isso, recuperando o processo de conquista desse benefício, e a necessidade de respeitar a determinação legal. A Federação pode, inclusive, delinear e cobrar dos órgãos responsáveis o cumprimento de sanções às empresas que descumprirem a carga horária sem atender os casos previstos em lei.

Título: Contra homofobia e outros preconceitos

Embora a conscientização e a mobilização dos movimentos sociais contra os casos de homofobia, racismo e machismo, dentre outros tipos de preconceito, sejam crescentes, ainda há muitos registros de demissões ou perseguições diversas relacionadas a isso. É imprescindível que a FENAJ reforce as campanhas contra qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Título: Carga horária de jornalista no serviços públicos

Em Mato Grosso os editais de concurso público desrespeitam a carga horária legal para jornalistas, de 5 horas diárias. Os órgãos públicos alteram os nomes dos cargos para justificar carga horária diferenciada. O Sindjor/MT avalia que a FENAJ deve empenhar esforços para conseguir modificar essa situação, exigindo a carga horária correspondente independente de nome de cargo, mas atentando a formação profissional do servidor e as funções desempenhas por ele.

Título: Assédio Moral

O Sindjo/MT sugere que a FENAJ adote como uma das ferramentas da luta contra o assédio moral, ferramentas para a exigência de que as empresas acusadas de tal prática realizem, como punição, campanhas contrárias ao que praticaram. A categoria entende que, dessa forma, a empresa poderá sentir-se exposta, com tendência a evitar a repetição das ações que praticou contra seus funcionários.

CARTA DE GOIÂNIA

Os jornalistas brasileiros, reunidos em seu 37º Congresso Nacional, em Goiânia, Goiás, de 25 a 27 de agosto de 2016, dirigem-se à Nação Brasileira para reafirmar a defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito. Nestes dias em que, no Senado Federal, avança o golpe contra as instituições democráticas e o povo brasileiro, somos demandados a nos pronunciarmos pela salvaguarda das conquistas sociais, das políticas públicas e das garantias democráticas obtidas nas lutas travadas historicamente pela ampla maioria trabalhadora do povo.

Inconformada com os resultados das urnas em 2014, a grande mídia privada teve papel fundamental na atual crise política, deflagrada a partir de setores do aparelho de Estado – incluindo o Judiciário e o Congresso Nacional – e do empresariado. De maneira criminosa, a grande mídia distorceu aspectos da realidade, silenciou sobre variáveis que compõem o cenário político brasileiro e fabricou as narrativas dominantes. As corporações de comunicação seguiram organizando boa parte do discurso falacioso da oposição, comprometendo o Jornalismo, até montar, definitivamente, o enredo contrário à democracia.

De forma coerente com nossas tradições, não reconhecemos o governo golpista de Michel Temer, oriundo de um impeachment ilegal e fraudulento, resistiremos a retrocessos e denunciaremos o golpe em nosso país e nos organismos internacionais. Vamos ocupar as trincheiras na luta contra a derrubada dos direitos sociais, contra o desmonte dos serviços públicos, contra a entrega do patrimônio público e a destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários. Todos são agora ameaçados pelos adversários da democracia, muitos dos quais notórios corruptos.

Causam preocupação os sinais de que o governo Temer prepara-se para desmontar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Para a FENAJ, o fortalecimento da comunicação pública é estratégico para a construção da própria democracia no país, e a criação da EBC, em 2008, foi um passo neste sentido, que deve ser defendido a todo custo. Junto com o FNDC, prosseguimos na luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Práticas como empregos informais, fraudes trabalhistas, pejetização, multifunção, terceirização e quarterização são defendidas pelos promotores do golpe. Nessa conjuntura, a FENAJ estará junto com os jornalistas na luta diuturna por condições dignas de trabalho, remuneração, saúde e segurança.

Tendo em mente os nossos princípios profissionais e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, somos chamados a defender o Jornalismo por meio do compromisso ético que confere credibilidade à nossa profissão. A FENAJ e os sindicatos conclamam os jornalistas a tomarem o Jornalismo em suas mãos, a fim de garantir a reportagem fiel dos fatos e combater a manipulação da verdade.

Em tempos de autoritarismo, retrocessos e golpe, é preciso reafirmar a defesa do Jornalismo como bem público essencial à democracia e a defesa dos jornalistas como categoria profissional responsável pela efetiva produção jornalística, com base no direito democrático da sociedade à informação. Temos de recuperar a regulamentação profissional com base no diploma, como ponto básico para garantir uma formação adequada de acesso à profissão.

Mas precisamos avançar, ainda mais, no sentido da criação do Conselho Federal de Jornalistas (CFJ), órgão de regulamentação e fiscalização da profissão. O CFJ dará à categoria a autonomia em relação ao Estado e reforça sua resistência à verticalização interna das empresas de comunicação, que se opõem ao direito de consciência do profissional, essencial para o exercício do jornalismo. Coloca-se ainda à nossa frente a luta pela criação do Estatuto do Jornalismo Brasileiro, por meio de lei federal que garanta a qualidade da informação jornalística difundida pelos veículos de comunicação.

Este Congresso marca os 70 anos de luta da FENAJ. Em nossos trabalhos, homenageamos os ex-presidentes da entidade, que dedicaram boa parte de suas vidas à causa dos jornalistas brasileiros – muitos dos quais ainda integram as estruturas da Federação. Fizemos nestes três dias uma rica discussão, adotamos importantes resoluções, e um grito de guerra marcou o conjunto das contribuições, em uníssono: “Fora Temer!”.

Goiânia, 27 de agosto de 2016.